



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



THÁISA ELIS DE SOUZA

“OCUPA E RESISTE”: DISCURSOS DA FOLHA DE SÃO PAULO SOBRE AS
OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS NOS ANOS DE 2015 E 2016

**RONDONÓPOLIS – MT
2018**

THAÍSA ELIS DE SOUZA

**“OCUPA E RESISTE”: DISCURSOS DA FOLHA DE SÃO PAULO SOBRE AS
OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS NOS ANOS DE 2015 E 2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus de Rondonópolis, na Linha de Pesquisa Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: Direitos, Política e Diversidade, como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Vilas-Bôas Trovão,

RONDONÓPOLIS
2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Rod. Rondonópolis. - Guiratinga, km 06 MT-270 - Campus Universitário de Rondonópolis - Cep:
Tel.: (66) 3410-4035 - E-mail: ppgedu@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: “OCUPA E RESISTE”: DISCURSOS DA FOLHA DE SÃO PAULO SOBRE AS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS NOS ANOS DE 2015 E 2016.

AUTORA: Mestranda THAÍSA ELIS DE SOUZA

Dissertação defendida e aprovada em 26/02/2018.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientadora Doutor Flávio Vilas-Bôas Trovão
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Interno Doutora Carmem Lúcia Sussel Mariano
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Externo Doutor Edvaldo Correa Sotana
Instituição: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Examinador Suplente Doutor Raquel Gonçalves Salgado
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso

RONDONÓPOLIS, 26/02/2018.

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

S729o Souza, Thaísa Elis.
"Ocupa e resiste": Discursos da Folha de São Paulo sobre as ocupações das escolas nos anos de 2015 e 2016. / Thaísa Elis Souza. -- 2018
90 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Flávio Vilas-Bôas Trovão.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rondonópolis, 2018.
Inclui bibliografia.

1. Juventude. 2. Política. 3. Educação. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

*Dedico aos meus amores,
Ilza Rosa, minha linda mãe,
Samuel Santiago, meu querido esposo,
Maria Elis, minha amada filha.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por conceder saúde física e mental, por renovar minhas forças a cada manhã e por ser meu mantenedor e protetor.

À minha querida mãe, Ilza Rosa de Souza (Ilzinha Biscoito Fino) por acreditar em mim, me incentivar e impulsionar em todas as minhas escolhas. Me lembro que quando tinha cinco anos de idade, chorava por que pensava que não aprenderia ler e escrever e ela me dizia: “Você será uma grande escritora”.

Ao meu amado esposo, Samuel Santiago pela paciência, dedicação e incentivo em todo momento. Começamos a namorar quando ingressei no mestrado, neste tempo, ficamos noivos, nos casamos e engravidamos. Amo-te!

À minha filhinha Maria Elis, que foi minha companheira ainda dentro do ventre enquanto escrevia esta dissertação.

Ao meu “elétrico” e inteligente orientador, professor Dr. Flávio Vilas-Bôas Trovão por ter escolhido meu projeto ainda na seleção do mestrado e por aceitar o desafio de me orientar e desorientar nesta caminhada louca chamada mestrado. Gratidão pela confiança!

Aos amigos que conquistei nestes dois anos e aos amigos de longa data e toda minha família, pessoas queridas que acreditaram em mim e me apoiaram em todo momento. A caminhada seria mais difícil sem vocês.

Aos professores da Banca Examinadora: Professora Dra. Carmen Lúcia Sussel Mariano e Professor Dr. Edvaldo Sotana por suas valiosas considerações e dicas na qualificação, com certeza, fizeram toda diferença.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro na forma de Bolsa de Estudos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), coordenação, professores e técnicos pelo apoio e conhecimento compartilhado no decorrer destes dois anos.

RESUMO

Esta pesquisa analisou os discursos sobre a juventude contemporânea no Jornal Folha de São Paulo a partir das ocupações das escolas entre os anos de 2015 e 2016. Para isto, utilizamos como metodologia os estudos culturais da Mídia propostos por Kellner (2001), o qual propõe uma leitura crítica da mídia e como base de apoio, a técnica da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977). Nosso objetivo é problematizar a questão da participação política das juventudes representadas pela imprensa, analisando como a mídia escrita através do jornal Folha de S. Paulo representou a categoria juventude nas peças jornalísticas relacionadas às ocupações. No decorrer do texto, abordamos os estudos sobre a Sociologia da Juventude, as culturas juvenis e sua diversidade, o contexto sociopolítico em que as ocupações aconteceram, a importância da escola para estas juventudes que ocuparam as escolas públicas, como os jovens se valeram do protagonismo juvenil para reivindicar seus direitos, o contexto sócio- histórico do jornal Folha de São Paulo e como a mídia em questão reportou o movimento das ocupações. Ao todo, 146 peças jornalísticas foram analisadas entre novembro de 2015 a dezembro de 2016. Como referenciais teóricos, nos valem de autores que pesquisam sobre juventude e contemporaneidade, política, educação e imprensa como Abramo (1994), Coimbra e Nascimento (2012), Castro (2012), Mayorga (2017), Pais (2003), Bourdieu (1983), Ariès (1981), Dayrell (2007), Mariano (2010), Savage (2009), Solano (2014), Souza (2016), Brandão (1995). Constatamos que os jovens secundaristas que se levantaram contra medidas arbitrárias por parte dos governos, foram retratados como perigosos e baderneiros e não sob o viés de protagonistas juvenis. A pesquisa está inserida no âmbito do Grupo de Estudos Infância, Juventude e Cultura Contemporânea (GEIJC), na linha de pesquisa Infância e Juventude Contemporânea: Políticas, Direitos e Diversidade do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Mato Grosso- Câmpus Universitário de Rondonópolis.

PALAVRAS- CHAVE: JUVENTUDE, POLÍTICA, EDUCAÇÃO

ABSTRACT

This research analyzed the discourses about contemporary youth in the Folha de São Paulo newspaper from the school occupations between the years 2015 and 2016. For this, we use as methodology the cultural studies of the Media proposed by Kellner (2001), which proposes a critical reading of the media and as a basis of support, the technique of content analysis proposed by Laurence Bardin (1977). Our objective is to problematize the issue of the political participation of the youths represented by the press, analyzing how the media written in the newspaper Folha de S. Paulo represented the youth category in the journalistic pieces related to the occupations. Throughout the text, we study the studies on the Sociology of Youth, youth cultures and their diversity, the socio-political context in which the occupations took place, the importance of the school for these youths who occupied the public schools, as the young people used the protagonism youths to claim their rights, the socio-historical context of the newspaper Folha de São Paulo and how the media in question reported the movement of occupations. In all, 146 journalistic pieces were analyzed between November 2015 and December 2016. As theoretical references, we use authors who research on youth and contemporaneity, politics, education and the press as Abramo (1994), Coimbra and Nascimento (2012), Castro (2012), Mayorga (2017), Pais (2003), Bourdieu (1983), Ariès (1981), Dayrell (2007), Mariano (2010), Savage (2009), Solano Brandão (1995). We find that young high school students who have risen against arbitrary measures by governments have been portrayed as dangerous and uproarious and not under the influence of juvenile protagonists. The research is part of the Group of Studies on Childhood, Youth and Contemporary Culture (GEIJC), in the research line Childhood and Contemporary Youth: Policies, Rights and Diversity of the Postgraduate Program in Education (PPGEdu) of the Federal University of Mato Grosso- University Campus of Rondonópolis.

KEY WORDS: YOUTH, POLITICS, EDUCATION

Lista de Siglas

ANDI- Agência de Notícias da Infância

CIMA- Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional

Conjuve- Conselho Nacional da Juventude

CUR- Câmpus Universitário de Ronndonópolis

DF-Distrito Federal

EC- Estudos Culturais

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

FSP- Folha de São Paulo

GEIJC- Grupo de Estudos de Infância e Juventude Contemporânea

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MBL- Movimento Brasil Livre

MEC- Ministério da Educação

MP- Medida Provisória

MPL- Movimento Passe Livre

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEGRI- Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade]

OSs- Organizações Sociais

PEC- Proposta de Emenda à Constituição

PM- Polícia Militar

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PPGEdu- Programa de Pós- Graduação em Educação

PR- Paraná

PRN- Partido da Reconstrução Nacional

Pronatec- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

PSU- Prova de Seleção Universitária

PT- Partido dos Trabalhadores

PUC SP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RJ- Rio de Janeiro

RS- Rio Grande do Sul

SEE-SP- Secretaria Estadual de Educação de São Paulo

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SNJ- Secretaria Nacional da Juventude

SP- São Paulo

TO- Tocantins

UBES- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso

UI- Unidade de Informação

Unifesp- Universidade Federal de São Paulo

Uol- Universo Online

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - OS ESTUDOS CULTURAIS DA MÍDIA	13
1.1 Escola de Frankfurt: O início da Teoria Crítica da Sociedade	13
1.2 Pedagogia Crítica da Mídia	17
1.3 Cultura da mídia e ocupação das escolas.....	19
CAPÍTULO 2 - A CONSTRUÇÃO SOCIOLÓGICA DA JUVENTUDE	21
2.1 A sociologia da juventude	22
2.1.1 Corrente Geracional	24
2.1.2 Corrente Classista.....	24
2.3 Os jovens como atores políticos	27
2.4 Políticas Públicas para a Juventude.....	30
CAPÍTULO 3 - O MOVIMENTO DAS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS NO BRASIL NOS ANOS DE 2013 A 2015	33
3.1 As jornadas de junho de 2013 e a “geração Coca- Cola”	33
3.2 - Reorganização escolar e as primeiras ocupações	36
3.3 2016 e o Golpe	39
3.3.1 Reforma do Ensino Médio.....	41
3.3.2 #Ocupa Tudo	42
CAPÍTULO 4 - O JORNAL FOLHA DE S. PAULO E O TEMA DAS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS	44
4.1 Contexto sócio-histórico do jornal Folha de S. Paulo.....	44
4.1.1 O tratamento da Folha às questões da infância e adolescência	46
4.2 A construção da notícia.....	47
4.3 Análise das peças jornalísticas	48
4.3.1 Procedimentos da coleta.....	48
4.3.2 Os editoriais sobre as ocupações	52
4.3.3 Seção em que as peças foram publicadas.....	54
4.3.4 Local das ocupações das escolas com maior representatividade nas matérias publicadas	56
4.3.5 A Voz mais ouvida nas peças jornalísticas.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
Relação das UIs que integram o corpus da pesquisa	74

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a participação política das juventudes na contemporaneidade, tendo como objeto de pesquisa as ocupações das escolas públicas entre os anos de 2015 e 2016 e as representações desta na mídia, especificamente no jornal *Folha de São Paulo*. Está inserida na linha de pesquisa “Infância e Juventude Contemporânea: Direitos, Políticas e Diversidade e no Grupo de Estudos de Infância e Juventude Contemporânea (GEIJC) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - Câmpus Universitário de Rondonópolis (CUR).

O interesse em pesquisar sobre juventudes se deu a partir de minha experiência como instrutora da disciplina de Comunicação e Linguagem nos cursos oferecidos no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) nos anos de 2014 e 2015 para jovens que estavam ingressando no mercado de trabalho. Durante esta vivência, tive um contato mais próximo com jovens, fato que me despertou o desejo de aprofundar meus conhecimentos sobre esta categoria social que pensa, produz, sonha e vive com tamanha intensidade que traz vida para aqueles com quem entram em contato.

Nosso objetivo é problematizar a questão da participação política das juventudes representadas pela imprensa, analisando como a mídia escrita, através do jornal *Folha de S. Paulo* representou a categoria juventude nas peças jornalísticas relacionadas às ocupações.

O movimento de ocupação das escolas públicas em 2015 iniciou-se na cidade de São Paulo com os estudantes secundaristas das escolas de ensino fundamental, médio e técnico, quando o governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou a reorganização dos ciclos de ensino das escolas públicas de Ensino Médio, o que provocaria o “fechamento” de 92 escolas. (MORAES e XIMENES, 2017)

Diante dessa proposta, os estudantes se organizaram por meio das redes sociais e aplicativos como o ‘WathsApp’¹, tiveram acesso ao Manual de Ocupações das Escolas Chilenas, reuniram-se em assembleias e decidiram ocupar as escolas como noticiado no jornal *Folha de S. Paulo*:

Inspirado no Chile, manual orientou ocupação de escolas por alunos em SP

"1. Plano de Ação

¹ Whatsapp é um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz para telefones smartphones. Foi criado como uma alternativa ao sistema SMS de mensagens e oferece suporte para o envio e recebimento de arquivos de mídia como fotos, vídeos, documentos, compartilhamento de localização, textos e chamadas de voz. Disponível em <https://www.whatsapp.com/about>

O objetivo deste texto é explicar o plano de ação escolhido para a luta dos estudantes secundaristas da cidade. Nossa estratégia deve permitir vencer a luta por uma educação pública e de qualidade. As ocupações massivas de colégios são uma das ferramentas dentro dessa estratégia." Assim começa o manual "Como ocupar um colégio?", documento que orientou (e ainda orienta) estudantes paulistas a tomar, até esta terça-feira (24), ao menos 151 escolas da rede estadual. Foi no final de outubro que a cartilha começou a circular em grupos de WhatsApp compostos por estudantes que protestavam contra a reorganização dos ciclos de ensino anunciada pela gestão Geraldo Alckmin (PSDB). O governo quer dividir parte das unidades por ciclos únicos (anos iniciais e finais do fundamental e o médio). Para isso, pretende transferir 300 mil alunos e fechar 92 colégios que ficariam sem estudantes com a mudança. Esse manual é uma compilação de dicas de estudantes chilenos e argentinos sobre como entrar em um colégio público e nele permanecer, em forma de protesto. [...] (FOLHA, 25/11/2015).

Em 2006, estudantes secundaristas do Chile deram início ao Movimento “Revolução dos Pinguins” protestando contra o preço da Prova de Seleção Universitária (PSU) e das limitações do uso do passe escolar. O movimento teve apoio de mais de 600 mil pessoas e na ocasião, os estudantes elaboraram um manual sobre “Como ocupar um colégio” de forma pacífica e organizada uma como forma de protesto. (ROMANCINI E CASTILHO, 2017).

A primeira escola ocupada aqui no Brasil, no contexto em questão, foi a Fernão Dias Paes, uma escola estadual localizada no bairro de Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo, no dia 10 de novembro de 2015. Ali, os estudantes permaneceram por 55 dias, revezando as atividades de limpeza, manutenção, segurança e entrevistas às mídias. Em seguida, outras instituições de ensino também foram ocupadas em resistência à proposta do governo.

Dentro de uma escola ocupada, os estudantes organizam diversos tipos de atividades incluindo ações culturais, esportivas, rodas de conversa sobre assuntos políticos e de interesse da sociedade, oficinas de artes, além de cuidarem da estrutura física do prédio, limpando, cozinhando e zelando da escola. No período da ocupação, as tarefas foram divididas de igual forma entre os jovens, independente do gênero. (MORAES e XIMENES, 2017)

Diante das ocupações que cresciam, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) suspendeu a reorganização dos ciclos naquele ano, alegando que abriria espaço para o diálogo e debates com os estudantes. De acordo com uma matéria divulgada pela *Folha de S. Paulo* no dia 04/12/2015, o governo resolveu recuar e “aprofundar o diálogo” diante de uma série de protestos que alcançou 196 colégios, o que deixou em baixa sua popularidade.

Em 2016, as manifestações por parte dos estudantes secundaristas voltaram a acontecer e ganharam força e destaque em outros estados como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, Ceará e Paraná. Em tais atos, os jovens passaram a reivindicar melhorias nas estruturas das escolas, repudiaram a privatização da educação pública, pediram providências contra o desvio

de verbas da merenda escolar, a reforma do Ensino Médio e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/55. (MORAES e XIMENES, 2017).

As ocupações foram antecedidas pelas “jornadas de junho” no ano de 2013, quando milhares de pessoas foram às ruas protestar contra o aumento das passagens do transporte público, sobretudo na cidade de São Paulo. (MAYORGA, 2017).

As jornadas de junho foram divulgadas nas redes sociais com o slogan *#vemprarua*, o movimento também ficou conhecido como Movimento do Passe Livre ou Primavera Brasileira, como definiram alguns especialistas, fazendo alusão aos manifestos ocorridos em outros países como Espanha, Grécia, Arábia Saudita e Chile em 2011, nos quais os jovens ocuparam Praças e demais espaços públicos para se posicionarem politicamente, como destaca Moreira e Santiago (2013).

De acordo com as autoras, as juventudes tiveram presença maciça nas manifestações do Brasil, assim como nas manifestações dos outros países.

Ou seja, os/as jovens se constituíram nos principais protagonistas das manifestações. É importante destacar que, apesar do protagonismo juvenil, não foi só a juventude que ocupou as ruas, outros segmentos sociais também estavam presentes demonstrando a sua discordância e o seu protesto contra a deficiência das políticas públicas, em especial a Saúde, Educação e Segurança Pública, além das questões relacionadas à cidadania LGBT e ao Movimento Feminista, a exemplo dos protestos contra o projeto que ficou conhecido como “a cura gay”, além de vozes a favor do aborto. (MOREIRA e SANTIAGO, 2013, p.17)

Tanto as manifestações de junho de 2013 quanto as ocupações das escolas em 2015 e 2016 revelaram o protagonismo juvenil nas diversas categorias sociais que pertencem, como contempla Reguillo (2003).

De acordo com o levantamento que realizamos, foram encontradas na *Folha* 146 peças jornalísticas relacionadas às ocupações, incluindo os gêneros jornalísticos como, colunas, editorial, ombudsman e reportagens. (FOLHA DE S.PAULO, 2013)

O jornal *Folha de S.Paulo* foi escolhido para análise por se tratar de uma mídia de grande circulação no país, tendo sua versão impressa e *online* e se denominar como uma mídia “crítica”, “apartidária” e “pluralista”. (FOLHA, 2013). Além de ser considerado o “porta voz” das questões sobre crianças e adolescentes segundo relatório da Agência de Notícias da Infância (ANDI). (MARIANO, 2010).

De acordo com o site de publicidade Folha, o jornal possui 2.378.000 leitores em todo país, sendo que boa parte desses leitores pertencem à classe social B, do sexo masculino com faixa etária entre 34 a 54 anos.

Kellner (2001) define a mídia como um terreno de disputa de grupos sociais e de ideologias políticas rivais, tais grupos, segundo o autor, lutam pelo domínio da sociedade por meio de seus discursos, imagens e espetáculos veiculados. Em seus estudos, o autor faz uma “análise, propondo o desenvolvimento de sínteses entre teoria social, crítica cultural e pedagogia da mídia ou pedagogia cultural, a fim de elucidar a sociedade contemporânea, a política e a cultura de nossos dias” (KELLNER, 2001, p.18).

No capítulo 1 desta dissertação abordamos a metodologia utilizada nesta pesquisa, que tem sua base nos estudos culturais da mídia propostos por Douglas Kellner (2001) e como base de apoio, a técnica da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977). No 2 capítulo, tratamos do tema Sociologia da Juventude; no capítulo 03 discutimos sobre o contexto sócio-histórico do movimento das ocupações das escolas públicas no Brasil entre os anos de 2015 e 2016. No capítulo 4, apresentamos o contexto sócio histórico do jornal *Folha de S. Paulo*, assim como a análise dos dados. As considerações finais fazem uma síntese do trabalho desenvolvido.

Acreditamos que o protagonismo das juventudes em atos como esses aqui analisados é de grande importância para romper com imagens estigmatizadas na mídia da juventude ou como alienada ou baderneira. O que se pretende é mostrar que são sujeitos que estão agindo conforme suas crenças, valores e cultura, diversificadas e plurais.

CAPÍTULO 1 - OS ESTUDOS CULTURAIS DA MÍDIA

Basearemos nossa pesquisa nos aportes teóricos e metodológicos dos Estudos Culturais da Mídia propostos pelo Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies e explicitada por Douglas Kellner (2001). Para melhor compreensão desta metodologia, contextualizaremos o que são os estudos culturais da mídia, como surgiram, sua relação com a Escola de Frankfurt e como estes estudos são utilizados em uma leitura crítica e reflexiva sobre os meios de comunicação. Além dos estudos culturais da mídia, utilizamos também a proposta de Laurence Bardin (1977) sobre a técnica de análise de conteúdo.

1.1 Escola de Frankfurt: O início da Teoria Crítica da Sociedade

A Escola de Frankfurt foi fundada em 1924 em Frankfurt na Alemanha junto ao Instituto de Pesquisas Sociais com o objetivo de difundir a teoria marxista. (MOTTA, 2014). Max Horkheimer, Walter Benjamin, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas são considerados os principais estudiosos da Escola de Frankfurt e foram responsáveis pela organização do que ficou conhecido como Teoria Crítica, cujo objetivo era conscientizar o indivíduo e levá-lo à reflexão sobre os produtos da chamada “indústria cultural” como o cinema, jornais, discos, rádio, etc. Como reflete Pucci (2007).

Pensar não é uma atividade inocente, mas perigosa, influencia a prática dos indivíduos, leva-os a duvidar das formas tradicionais de cultura, a subvertê-las. O mito é o repetitivo, a indústria cultural é sempre o mesmo. A Razão ajuda a romper o círculo, a trazer o novo. Por isso, os frankfurtianos insistem em não abrir mão da Razão. O ofuscamento da Razão é a perda do ideal revolucionário do iluminismo. (PUCCI, 2007, p.33)

Durante a II Guerra Mundial, os “frankfurtianos” produziram pesquisas que se opunham ao Partido Nazista de Adolf Hitler e por este motivo deixaram a cidade de Frankfurt instalando-se na Suíça, Genebra, Paris e Nova York. Os trabalhos destes estudiosos foram retomados em 1950, após a II Guerra Mundial. (MOTTA, 2014). A Escola de Frankfurt, conforme caracteriza Kellner (2001), combinou estudos críticos sobre comunicação, política e economia, dando início a uma reflexão sobre a influência da mídia na sociedade.

A Escola de Frankfurt inaugurou o estudo crítico da comunicação nos anos 1930 e combinou economia política dos meios de comunicação, análise cultural dos textos e estudos de recepção pelo público dos efeitos sociais e ideológicos da cultura e das

comunicações de massa. Seus proponentes cunharam a expressão “indústria cultural” para indicar o processo de industrialização da cultura produzida para a massa e os imperativos comerciais que impeliam o sistema. (KELLNER, 2001 p.44).

Kellner (2001) reconhece a importância da Escola de Frankfurt e seus estudos sobre a comunicação e processo de industrialização da cultura, no entanto, também tece uma crítica às teorias frankfurtianas. De acordo com ele, a Escola de Frankfurt fez uma integração entre os estudos relacionados à comunicação e a sociedade capitalista, porém, o legado destas pesquisas foi muito forte entre a década de 1930 a 1950.

Além desta crítica, Kellner (2001) explicita que há uma dicotomia entre uma cultura considerada superior e uma inferior, o que pode ser considerado um problema.

A dicotomia da Escola de Frankfurt entre cultura superior e inferior é problemática e deve ser substituída por um modelo que tome a cultura como um espectro e aplique semelhantes métodos críticos a todas produções culturais que vão desde a ópera até a música popular, desde a literatura modernista até as novelas. Em particular, é extremamente problemático o modelo de cultura de massa monolítica da Escola de Frankfurt, em contraste com um ideal de “arte autêntica”, modelo este que limita os momentos críticos, subversivos e emancipatórios a certas produções privilegiadas da cultura superior. A posição da Escola de Frankfurt, de que toda cultura de massa é ideológica e aviltada, tendo como efeito engodar uma massa passiva de consumidores, é também questionável. (KELLNER,2001, p.45).

De acordo com Adorno (1996) a *Indústria Cultural* é “a exploração de bens considerados culturais”, como descreve:

Interessada nos homens apenas enquanto consumidores ou empregados, a indústria cultural reduz a humanidade, em seu conjunto, assim como cada um de seus elementos, às condições que representam seus interesses. A indústria cultural traz em seu bojo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno e nele exerce um papel específico, qual seja, o de portadora da ideologia dominante, a qual outorga sentido a todo o sistema. (ADORNO,1996, p.07).

Ainda conforme Adorno (1996), a *Indústria Cultural* torna os indivíduos alienados sem a capacidade de julgar e decidir conscientemente. Tal posicionamento é considerado válido desde que a mídia passou a ocupar um espaço de entretenimento e lazer na vida da sociedade capitalista. Ele explica que é considerada a alienação a partir do momento que as pessoas trabalham incansavelmente para obterem bens materiais e nos momentos vagos adquirem como forma de lazer e entretenimento os produtos elaborados pela *Indústria Cultural* como filmes, novelas, revistas, músicas, jornais, sendo todos estes uma mercadoria produzida pela classe dominante, impedindo assim, a autonomia e reflexão crítica dos indivíduos.

Ao invés de entreter, parece que tal música contribui ainda mais para o emudecimento dos homens, para a morte da linguagem como expressão, para a incapacidade de comunicação. A música de entretenimento preenche os vazios do silêncio que se instalam entre as pessoas deformadas pelo medo, pelo cansaço e pela docilidade de

escravos sem exigências. Assume ela em toda parte, e sem que se perceba, o trágico papel que lhe competia ao tempo e na situação específica do cinema mudo. (ADORNO,1996, p.67)

Para Adorno (1996), a arte foi industrializada levando às massas a sensação de falsa felicidade e prazer, uma aparência e ilusão. Anos mais tarde surgiria na Grã-Bretanha outros estudos que se relacionariam com a teoria crítica da Escola de Frankfurt, os Estudos Culturais da Mídia.

Barbero (2015) aponta que no período pós-guerra em 1940, o eixo da economia se deslocou acontecendo uma “revolução”, porque enquanto os pensadores da velha Europa representaram a sociedade de massas como uma negação da cultura, para os teóricos norte-americanos dos anos 1940 e 1950, “ a cultura de massas representou a afirmação e a aposta na sociedade da democracia.

A denominação do *popular* fica assim atribuída à cultura de massa, operando como um dispositivo de mistificação histórica, mas também propondo pela primeira vez a possibilidade de pensar em *positivo* o que se passa culturalmente com as massas. E isto constitui um desafio lançado aos “críticos” em duas direções: a necessidade de incluir no estudo do popular não só aquilo que culturalmente produzem as massas, mas também o que consomem, aquilo de que se alimentam; e a de pensar o popular na cultura não como algo limitado ao que se relaciona com seu passado- e um passado rural-, mas também e principalmente como algo ligado à modernidade, mestiçagem e à complexidade do urbano. (BARBERO, 2015, p.67)

Barbero (2015) explicita que no final dos anos 1960, a reflexão dos frankfurtianos toma como eixo a crise contracultural⁰, a morte do espaço público ou impasse na legitimação do capitalismo, desenvolvendo assim um sentido dos novos movimentos políticos, de novos atores- sociais e de novos espaços. O autor ressalta que os trabalhos da Escola de Frankfurt deram início a um debate político interno e que os estudos que se seguiriam nos próximos anos iriam ajudar a sociedade a pensar por si própria sua realidade social e cultural. Seria o início dos estudos culturais na Grã- Bretanha.

1.2 Os Estudos Culturais

Os estudos culturais surgiram no período político pós-guerra na Inglaterra em meados do século XX com o objetivo de causar uma “reviravolta” na teoria cultural. Surgiram em meio às movimentações de alguns grupos sociais que buscavam se apropriar de novos saberes. Para os estudos culturais, a *Cultura* transpassa o conceito de elitismos segregacionistas e deixa de ser exclusivo domínio da erudição e da tradição literária e artística para contemplar também o gosto das multidões. (COSTA; SILVEIRA; SOMMER 2003)

Os Estudos Culturais não constituem um conjunto articulado de ideias e pensamento. Como dizem seus cronistas mais contundentes, eles são e sempre foram um conjunto de formações instáveis e descentradas. Há tantos itinerários de pesquisa e tão diferentes posições teóricas que eles poderiam ser descritos como um tumulto teórico. (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p.39)

Nesta perspectiva, Kellner (2001) indica que os estudos culturais realizados na Grã-Bretanha formam uma correção das posições da Escola de Frankfurt, já que se valem das teorias pós-modernas apresentadas por Foucault, Baudrillard, Jameson e outros sobre o “feminismo, e projetos multiculturalistas sobre sexo, sexualidade, raça, etnia, alteridade e marginalidade que começaram a se proliferar nos anos 1960”. (KELLNER, 2001, p.18).

As pesquisas de Kellner (2001) se baseiam especificamente nos estudos culturais da mídia, os quais têm à sua disposição diferentes teorias, podendo assim abordar diferentes objetos e temas. “O estudo cultural, portanto, opera com uma concepção interdisciplinar que utiliza teoria social, economia, política, história, comunicação, teoria literária e cultural, filosofia e outros discursos teóricos”. (KELLNER, 2001, p.42).

O autor explica que os estudos britânicos contextualizam suas investigações relacionando o contexto sociopolítico dos acontecimentos, não se detendo apenas em um texto, mas sempre procurando saber como ele se encaixa em um sistema de produção textual. Ele defende que a cultura da mídia é a responsável pela formação de ideias, opiniões e até mesmo personalidade na sociedade. Por meio da mídia é que as pessoas constroem suas identidades e valores sobre o que é bom e o que é mau, positivo ou negativo, moral ou imoral. Dentro desta cultura, estão inseridos os sistemas de rádio, filmes, jornais e revistas, sistemas de televisão e internet.

Para esse autor, dentro das pesquisas com mídia, os termos “massa” e “popular” são considerados termos ideológicos que podem ser substituídos pelo termo “cultura e comunicação”, abrangendo assim todos os setores da mídia. “A expressão *cultura da mídia* tem a vantagem de designar tanto a natureza quanto a forma das produções da indústria cultural e seu modo de distribuição”. (KELLNER, 2001, p.52).

O filósofo Jesus Martín Barbero (2015) assevera que o termo “massa” se designa num termo que afeta a estrutura da sociedade, pois se apresenta como a “existência conflitiva da classe que ameaça a ordem”. Para ele, quando as classes populares são reduzidas a “movimentos de massas”, são consideradas e caracterizadas como recaídas em um estágio primitivo.

Já a cultura da mídia, segundo Kellner (2001), vem de um modelo industrial e é organizada e produzida conforme os tipos de públicos. A produção midiática, portanto, trata-se de um produto que será capitalizado. Barbero (2015) respalda que a partir do momento que a produção midiática passa a ser um produto capitalizado, os meios de comunicação passam a exercer a função mediadora na sociedade.

[...] Pois o que está mudando não se situa no âmbito da política, mas no da cultura, e não entendida aristocraticamente, mas como “os códigos de conduta de um grupo ou um povo”. É todo o processo de socialização o que está transformando pela raiz ao tocar o lugar desde o qual se mudam os estilos vida. “Hoje essa função mediadora é realizada pelos meios de comunicação de massa”. Nem a família, nem a escola- velhos redutos da ideologia- são já o espaço chave da socialização, “os mentores da nova conduta são os filmes, a televisão, a publicidade”, que começam transformando os modos de se vestir e terminam provocando uma metamorfose dos aspectos morais mais profundos”. O que implica que a verdadeira crítica social tem mudado também de “lugar”: já não é a crítica política, mas a *crítica cultural*. (p.67)

Kellner (2001) afirma que para se ter audiência e prestígio, a cultura da mídia se vale da apresentação de dados da vida social contemporânea, ou seja, o indivíduo consome e adquire tais produtos porque se vê inserido ou deseja estar inserido em tais produtos. A cultura da mídia destacada por Kellner se expressa como uma forma de pedagogia cultural, pois segundo o autor, “contribuem para nos ensinar como nos comportar e o que pensar e sentir, em que acreditar, o que temer e desejar- e o que não”. (KELLNER,2001, p.10).

1.2 Pedagogia Crítica da Mídia

A mídia está presente massivamente em nossa sociedade, seja por meio da televisão, rádio, cinema, jornal, revistas ou internet e diariamente somos bombardeados de informações, programas de entretenimento e notícias sobre os mais diversos assuntos. Kellner (2001) defende que estamos inseridos em uma Cultura da Mídia, e esta *cultura midiática* tem o objetivo de que todos, independente de classe ou posição social, tenham contato direto com qualquer tipo de mídia e sejam influenciados a seguirem e idealizarem algo.

Este autor defende que em meio a tantas questões envolvendo sociedade e mídia, é necessário que os indivíduos aprendam como ler e criticar a mídia, resistindo assim às manipulações, podendo então se fortalecer em relação à cultura dominante, aumentando sua autonomia e adquirindo mais poder sobre o meio cultural (KELLNER, 2001).

Os Estudos Culturais (EC), propõem uma “pedagogia crítica da mídia”, cujo objetivo é incentivar os leitores e cidadãos a refletirem de forma crítica sobre as informações que

recebem por meio da mídia cotidianamente, evitando assim a manipulação e alienação por parte dos grandes conglomerados e grupos midiáticos. Como destaca:

A pedagogia crítica da mídia desenvolve conceitos e análises que capacitam os leitores a dissecar criticamente as produções da mídia e da cultura de consumo contemporâneas, ajudam-lhes a desvendar significados e efeitos sobre sua própria cultura e conferem-lhes assim, poder sobre seu ambiente cultural. (KELLNER, 2001, p.20)

O autor destaca que os textos da cultura da mídia não são simples veículos de uma ideologia dominante e tampouco fazem parte de um entretenimento puro e inocente. Fazem parte de uma produção que incorpora discursos sociais e políticos, cuja análise e interpretação exigem métodos de leituras e crítica.

Um dos métodos citados por Kellner (2001) para se fazer uma leitura crítica e reflexiva da mídia é denominado de “Pedagogia Crítica da mídia”, que incentiva também que os sujeitos passem a produzir suas próprias formas de cultura. De acordo com Kellner (2008), devido às rápidas mudanças ocasionadas pelo avanço da tecnologia nas últimas décadas, seria necessário que esta pedagogia crítica da mídia fosse ensinada nas escolas, como parte do currículo, pois acredita que a educação envolvendo arte e mídia pode tornar a escola mais motivadora e importante para os estudantes, principalmente os que ocupam posições marginalizadas na sociedade.

[...] Devem-se abrir espaços e criar oportunidades para que as pessoas de posições marginalizadas tenham a oportunidade de lutar coletivamente contra a opressão, externar suas inquietações e criar suas próprias representações. [...] A educação em arte midiática pode trazer prazer e cultura popular para a educação corrente, tornando a escola, assim, mais motivadora e relevante para os alunos. Quando essa abordagem transcende as habilidades de produção técnica ou a apreciação relativista da arte e envereda pelos estudos culturais e pela pedagogia crítica, tratando de questões de gênero, raça, classe, sexualidade e poder, ela tem potencial dramático para a alfabetização crítica da mídia e transformadora. (KELLNER e SHARE, 2008, p.700)

Para o filósofo, a pedagogia crítica da mídia amplia a noção de alfabetização e dá poder e discernimento aos estudantes para que possam criar suas próprias mensagens, textos e narrativas da mídia.

Para Costa, Silveira e Sommer (2003), os Estudos Culturais em Educação, por meio desta pedagogia crítica da mídia, estão possibilitando “ a extensão das noções de educação, pedagogia e currículo para além dos muros da escola” (p.56) tendo como premissa as discussões sobre identidade e subjetivação dos sujeitos.

Os autores destacam que os estudos culturais em educação acontecem de diferentes formas e em diferentes espaços, sendo a escola com as aulas que seguem um currículo

determinado, apenas um desses espaços de troca de conhecimento e informação. De acordo com eles:

Também somos educados por imagens, filmes, textos escritos, por propagandas, charges, jornais e televisão. Particulares visões de mundo, de gênero, de sexualidade, de cidadania entram em nossas vidas diariamente. É a isto que nos referimos quando usamos as expressões currículo cultural e pedagogia da mídia. Currículo cultural diz respeito às representações de mundo, de sociedade, do eu, que a mídia e outras maquinarias produzem e colocam em circulação, o conjunto de saberes, valores, formas de ver e de conhecer que está sendo ensinado por elas. Pedagogia da mídia refere-se à prática cultural que vem sendo problematizada para ressaltar essa dimensão formativa dos artefatos de comunicação e informação na vida contemporânea. (COSTA, SILVEIRA e SOMMER, 2003, p.57)

Para Rosália Duarte (2002), a educação ministrada dentro da escola é apenas uma das ferramentas de socialização dos indivíduos e há também outros espaços que produzem conhecimento e constituição dos padrões éticos e valores morais, sendo a mídia um desses espaços constituídos para que esses processos aconteçam.

É necessário considerarmos o poder influenciador que a mídia exerce sobre a sociedade contemporânea e desde já incentivar e orientar os estudantes nas escolas a aprenderem a fazer esta leitura crítica da mídia.

1.3 Cultura da mídia e ocupação das escolas

Durante as ocupações das escolas públicas, estudantes secundaristas e universitários criaram seus “próprios produtos culturais” como vídeos, blogs e textos para sites mostrando a realidade das ocupações, o que acontecia dentro de uma escola ocupada e não apenas o que era veiculado na grande mídia. Kellner (2001) afirma que a cultura midiática fornece instrumentos para a construção de identidades, resistência e luta contra as formas de dominação ideológica, no caso dos estudantes dos movimentos secundaristas.

Ainda, segundo o autor (2001, p.11) as pessoas são influenciadas pela cultura da mídia porque passam boa parte do tempo consumindo seus produtos, músicas, assistindo a programas de televisão e cinema, além das compras e da leitura de jornais e revistas. Logo, é uma cultura que está enredada no cotidiano e rotina das pessoas, chegando a minar a potencialidade e a criatividade humana. E ainda, induz os indivíduos a “identificar-se com as ideologias, posições e representações sociais e políticas dominantes”.

Para Kellner (2001), a melhor forma de desenvolver teorias sobre mídia e cultura é analisando os contextos nos quais os seus produtos são criados. Neste caso específico, analisaremos peças jornalísticas sobre o movimento de ocupação das escolas, bem como o contexto sócio-político em que aconteceram.

Como nos utilizaremos também da técnica de análise de conteúdo, Bardin (1977) esclarece que é necessário a preparação dos textos, tratando-os como unidades de codificação para entendermos o seu contexto. De acordo com a autora, dentro desta técnica há a descrição analítica que funciona como um tratamento da informação contida nas mensagens. “É conveniente, no entanto, precisar de imediato que em muitos casos a análise não se limita ao conteúdo, embora tome em consideração o continente”. (BARDIN, 1977,p. 34)

A autora esclarece que para se analisar um material, o primeiro passo é realizar uma leitura chamada de “leitura flutuante”, a fim de seguir as intuições e, assim, formular as hipóteses sobre o problema apresentado. Bardin (1977, p.97) afirma que a análise de conteúdo é organizada em três polos cronológicos: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Consideraremos estes polos cronológicos da análise de conteúdo e da perspectiva dos estudos culturais propostos por Kellner (2001) para nos apoiarmos metodologicamente nas análises das peças jornalísticas dessa dissertação.

CAPÍTULO 2 - A CONSTRUÇÃO SOCIOLÓGICA DA JUVENTUDE

Adrenalina, emoções, culpa, distanciamento, envolvimento, amizades, relações afetivas, a busca por autonomia e liberdade, o mundo da escola e o mundo do trabalho, a pressão da escolha por uma profissão e a voz silenciada pela pouca idade. Não se é mais criança, no entanto, ainda não se é um adulto: são denominados muitas vezes, pejorativamente como “aborrescentes”.

Toda esta avalanche de experiências e sentimentos invadem o pensamento e atitudes dos jovens. Aliás, ser jovem em nossa sociedade talvez não seja tão fácil quanto se imagina. Querer se posicionar num mundo que os cala, porque não teriam idade ou maturidade suficiente para saber o que querem não é uma posição cômoda de ser assumida socialmente. E, assim, instituições como escola, igreja e família acabam por intermediar o que os jovens pensam, sentem ou podem dizer.

De acordo com Ariès (1981), antes do século XIX, as diferentes idades da vida não eram tão definidas como hoje, afinal, todos viviam juntos e faziam as mesmas coisas: crianças, jovens e adultos, sem grandes distinções de atividade ou espaços. Segundo o autor, “a idade do homem era uma categoria científica da mesma ordem que o peso ou a velocidade o são para nossos contemporâneos” (p.04). O autor ainda destaca que as idades “não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas também às funções sociais”, já que muitos jovens eram homens das leis e ocupavam a mesma posição que os mais velhos (p.09).

As idades começaram a ser separadas quando as regras de disciplina e ordem passaram a fazer parte da rotina dos colégios durante a era medieval, os quais deixaram de ser apenas uma instituição de ensino, para serem transformados em um local onde a vigilância e o enquadramento das infâncias e juventudes foram implantados. Desde então, as infâncias e juventudes passaram a ser consideradas como uma etapa biológica da vida em que o indivíduo está em desenvolvimento e crescimento, e por questões hormonais e morais, deve ser vigiado e disciplinado a todo instante, para que não se envolvam com a violência e criminalidade e ainda, que seja preparado para o *dever*, para o que ele se tornará no futuro, não levando em consideração o que ele já é no presente. (COIMBRA e NASCIMENTO, 2003).

O sociólogo Pierre Bourdieu (1983) em sua obra ‘*A juventude é apenas uma palavra*’ argumenta que a idade biológica do jovem é algo manipulado e manipulável. De acordo com o autor, quando definimos os jovens como uma unidade social, colocando-os em um mesmo grupo com os mesmos interesses, apenas pelo fato de terem a mesma idade biológica, estamos diante de uma manipulação evidente. O autor argumenta que a escola não é apenas um lugar

onde se aprendem saberes e técnicas, mas, também um lugar que concede títulos e confere aspirações. No entanto, a escola tem se tornado em um lugar onde os jovens vivem em recintos separados sendo preparados apenas para o mundo do trabalho, pois é através do trabalho que os jovens passarão a fazer parte do mundo dos adultos.

Considerando o pensamento de Bourdieu, o sociólogo português José Machado Pais (1993) em *'Culturas Juvenis'* explicita que a juventude é uma categoria socialmente construída a partir de circunstâncias econômicas, sociais e políticas. Dentro desta construção social, está o prolongamento da escolaridade obrigatória ou a criação de programas de formação profissional, sendo ambas com o mesmo objetivo que é o do preparo para o mercado de trabalho.

Conforme Pais (1993), este prolongamento da escolaridade e a legislação sobre trabalho infantil, determinando a idade que os adolescentes começariam a trabalhar, faz com que os jovens demorem mais tempo para conseguir sua independência financeira e dependam por mais tempo da família, constituindo-se assim, num 'problema social'.

Para o autor, quando as juventudes são consideradas apenas como uma fase da vida, surgem os problemas de instabilidade conceitual, portanto, é necessário considerar a trajetória individual de cada jovem dentro da diversidade.

Quando observamos o movimento das ocupações das escolas ocorridas nos anos de 2015 e 2016, constatamos que esta diversidade se fez presente no movimento. Embora aqueles jovens estivessem lutando pelos mesmos objetivos e ideais, durante as ocupações, havia diferentes "tribos", diversas culturas, hábitos, pensamentos e opiniões. (MORAES e XIMENES, 2016).

Pais (2006) discorre que as imagens usadas no corpo e o comportamento expresso de diferentes formas, fazem parte das culturas juvenis e que penteados e cortes de cabelo, tatuagens, piercings, roupas e acessórios são usados na identificação dos pares e de suas respectivas culturas. "As culturas juvenis são vincadamente performativas porque, na realidade, os jovens nem sempre se enquadram nas culturas prescritivas que a sociedade lhes impõe". (PAIS, 2006, p.07).

Ou seja, pertencer a uma tribo mostra que estes jovens com estilos diferentes, podem não se encaixar no formato "ideal" que a sociedade exige deles, o que amplia ainda mais a separação entre estes mundos juvenis e o mundo adulto.

2.1 A sociologia da juventude

Considerando esta diversidade relacionada às juventudes é que no final da década de 1980 e início dos anos 1990, a Sociologia reconheceu a necessidade e a emergência de se pesquisar um discurso compreensivo sobre os jovens, já que as pesquisas, reportagens, teses e vídeos retratavam o jovem sobretudo em situação de marginalidade e não como um produtor sociocultural, como contempla Reguillo (2003).

De acordo com a autora, a categoria jovens não é unificada, ou seja, não existe apenas um tipo de juventude, há uma diversidade cultural nesta categoria que é considerada social e não apenas biologicamente, por isto, é importante ressaltar o uso plural do termo juventudes.

Ainda conforme Reguillo (2003), o Estado, a família e a escola pensam as juventudes apenas como uma categoria em trânsito entre uma etapa e outra e como uma preparação para o futuro, não levando em consideração os cortes como gênero, raça, etnia, classe, religião, entre outros. Para a autora, as diversas juventudes constroem uma categoria produtiva, tendo os jovens como atores que se posicionam socioculturalmente.

Sposito (2009) na tese “O Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)” reforça que o tema juventude ganhou maior visibilidade nas pesquisas da pós-graduação no Brasil como “produto de intersecção de vários domínios da vida social e da ação de diferentes atores”. Ainda segundo a autora, com relação às políticas públicas, as pautas envolvem sempre a questão da violência entre os jovens.

Sposito (2009) explicita que as pesquisas que mais tiveram destaque durante os anos de 1999 a 2006, foram aquelas relacionadas às trajetórias escolares dos jovens principalmente a partir de meados dos anos 1990, aproximando, assim, os estudos sobre juventudes e a Sociologia da Educação.

[...] Os jovens entram na pauta das políticas públicas como parte da questão social e do crescimento da violência no país. Iniciativas também observadas nesse período, em um primeiro momento nas prefeituras e posteriormente em âmbito federal, tentam trazer para a arena pública novas visibilidades em torno dos segmentos juvenis, considerando como atores capazes de ação e de interlocução política. Há assim, uma confluência de demandas e de representações no campo político que se torna uma arena bastante diversificada de iniciativas e de concepções em torno da questão juvenil no país. (SPOSITO, 2009, p.17)

Diante dessas novas visibilidades sobre os segmentos juvenis, de representar o jovem como ator social e político, é que se estabelecem, no Brasil, os estudos e pesquisas relacionados à Sociologia da Juventude.

Pais (1993) destaca que há uma emergência de teorias em explicar o conceito de juventude. Ele defende a sociologia da juventude, a qual tem o objetivo de explorar as possíveis

semelhanças entre os jovens ou grupos de jovens e também suas diferenças. “Isto é, nesta tendência, as juventudes são tomadas como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em diferentes situações sociais”. (p.23).

Para Pais (1993), no cotidiano dos jovens, nos modos de pensar e agir é possível encontrar diferentes perspectivas com relação a futuro, em suas representações e identidades sociais. Tais diferenças são definidas pelo autor de “paradoxos da juventude”. Para ele, devido a esses paradoxos, as juventudes são tratadas como um problema social, principalmente por sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Pais (2003) explica que na Sociologia da Juventude há duas correntes teóricas que direcionam seus estudos, a corrente teórica geracional e a corrente teórica classista, que passamos a expor.

2.1.1 Corrente Geracional

A corrente geracional entende as juventudes como uma fase da vida e enfatiza o aspecto unitário destas juventudes. Baseia-se nas teorias da socialização desenvolvidas pelo funcionalismo e entende as juventudes como uma geração social. Conforme os estudos da corrente geracional, a cultura juvenil se opõe à cultura de outras gerações como as das gerações adultas e esta oposição envolveria rupturas e conflitos entre as gerações.

Segundo Pais (2003), as teorias da socialização foram dominantes nos anos 1950 quando médicos e psicólogos definiam o discurso sobre os jovens, ligando a adolescência à um período de crise da puberdade e como um período de difícil adaptação.

Na corrente geracional, os jovens viveriam as experiências de seu mundo, as circunstâncias, seus problemas e inquietações como membros de uma geração e não de classes sociais, como defende a corrente classista.

Nesse sentido, para essa abordagem, os elementos de distinção são menos relevantes que aqueles que os unificam, sobretudo em características que sejam comuns a determinada coorte ou geração.

2.1.2 Corrente Classista

Já a corrente classista defende a ideia de transição dos jovens para a vida adulta, sendo esta pautada pelas desigualdades sociais. Esta corrente tece críticas em relação ao conceito mais vulgar de juventudes, quando aparece ligada a apenas uma fase da vida, já que o conceito de

juventudes aqui é entendido como categoria social. “De acordo com esta corrente, a transição dos jovens para a vida adulta encontrar-se-ia sempre pautada por desigualdades sociais: quer a nível da divisão sexual do trabalho, quer principalmente a nível da condição social’. (PAIS, 2003, p.44)

Ou seja, a corrente classista acredita que a condição social dos jovens determinaria aquilo que se tornariam, tendo em vista a profissão dos pais, “por exemplo, os filhos de operários, se tornassem operários”, seria a reprodução social das classes. (p.45)

Ainda conforme esta corrente teórica, as culturas juvenis são sempre culturas de classe, por isto é apresentada também como culturas da resistência em um contexto cultural determinado por relações de classe. “Por outras palavras, as culturas juvenis seriam sempre soluções de classe a problemas compartilhados por jovens de determinada classe social”. (PAIS, 2003, p.48)

No fluxo dessas duas correntes estão as culturas juvenis, que estudam os paradoxos dessas juventudes e os jovens a partir de seus contextos cotidianos, em suas interações, entendimentos, pensamentos e ações. Sobre os contextos cotidianos das culturas juvenis, Pais (2003) argumenta:

É necessário que os jovens sejam estudados a partir dos seus contextos vivenciais, quotidianos- porque é quotidianamente, isto é, no curso das suas interações, que os jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimento que se articulam como formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e acção. (PAIS,2003, p.56)

Estudando este contexto de vivências, Pais (2003) explicita que é necessário considerar o tempo pessoal e tempo histórico que norteiam o cotidiano dos jovens, o tempo de transição e sincronização, as trajetórias individuais e estruturas sociais de cada jovem, considerando que cada um tem um passado histórico e está inserido em um contexto cultural.

2.2 Juventudes como problema social

Quando a juventude é vista apenas como uma fase da vida, uma etapa de inconstâncias e mudanças por parte dos jovens, estes começam a ser vistos como um problema para a sociedade, já que nesta visão, ainda não trabalham, logo, não contribuem para o sistema capitalista e deixarão de ser vistos como um problema apenas quando ingressarem no tão sonhado mundo dos adultos.

Para Pais (1993), no cotidiano dos jovens, nos modos de pensar e agir é possível encontrar diferentes perspectivas em relação ao futuro, em suas representações e identidades sociais. Tais diferenças são definidas pelo autor como “paradoxos da juventude”. Para o autor, devido a esses paradoxos, a juventude é tratada como um problema social principalmente pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Considerando tal dificuldade de incorporação profissional, Pais argumenta que na década de 1960, os movimentos estudantis se organizaram contra as gerações mais velhas e contra o poder institucional que não facilitava a participação política dos jovens na sociedade. Tal movimento seguiu adiante pela década de 1970 e possibilitou a visibilidade de vários grupos jovens na época.

No entanto, as juventudes que exploraram seus direitos e deveres por meio do movimento estudantil nas décadas citadas, contrapõe a juventude da década de 1980, quando esta passou a ser vista como uma juventude mais incrédula, formal e individualista. (MAYORGA, 2017)

Ainda na perspectiva de Pais (1993), as diferentes juventudes em diferentes fases da história se tornaram um “problema social” e neste contexto, a mídia veicula notícias sobre a cultura juvenil como manifestações, moda e delinquência, destacando, sobretudo, os aspectos negativos desses sujeitos perante os olhos de uma sociedade conservadora. “Nalguns media é possível encontrar uma imagem das culturas juvenis retratada como ameaçadora para a sociedade”. (PAIS, 1993, p.28)

Considerando Pais (1993) sobre as juventudes como “problema social” e sua relação com a mídia, quando nos voltamos para as notícias sobre as ocupações das escolas, verificamos que os estudantes foram considerados pela polícia como uma ameaça à sociedade e a FSP publicou muitas peças jornalísticas com este viés como veremos adiante.

Caracterizar os jovens como uma ameaça e problema à sociedade é algo realizado pela imprensa desde meados do século XIX, como afirma Jon Savage:

“Jovem urbano rebelde tinha sido um problema desde os meados do século XIX. Depois do pânico do início dos anos 1860, a imprensa relatou com regularidade a ocorrência de assaltos, carnavais nos feriados bancários e brigas de gangues durante as décadas de 1870 e 1880”. (2009, p.57)

Conforme o autor, noticiar os jovens sempre foi um assunto emocionante para a imprensa, ainda mais se as notícias sobre estes fossem associadas ao crime e a “hábitos estranhos e bárbaros, pois aparecer na imprensa dava status” (SAVAGE, op.cit., p.51). Ou seja,

noticiar os jovens como um perigo era o que dava prestígio à imprensa, além de aumentar a venda de jornais.

Portanto, desde meados do século XIX até a contemporaneidade, a mídia tem usado a imagem do jovem para concretizar seus discursos ideológicos (Kellner, 2001). Porém, há uma diferença entre as representações da mídia sobre o comportamento dos jovens de classe média alta e dos jovens das periferias das cidades e das classes populares. Geralmente os de classe média alta são caracterizados como jovens estudantes, já os jovens da periferia ou das classes populares, despontam na mídia como delinquentes, violentos ou problemáticos, como afirma Alvim e Paim (2000).

[...] Os jovens das periferias, das favelas, dos subúrbios. Tendo despontado na mídia porque, notados em sua realidade, expõem problemas como delinquência, ócio, violência e irresponsabilidade, são esses jovens das classes populares hoje os mais atingidos pelos efeitos da degradação social. Reiteradamente, eles ocupam as páginas dos jornais, e atraem a atenção não em razão de seu cotidiano, mas sim em razão do ‘quadro sinistro de vida’, que supostamente levariam sob a forma de uma organização própria. (ALVIM e PAIM, 2000, p.14-15)

O movimento das ocupações passou a ser visto como “o mal-estar da escola e de maneira geral, o das juventudes”, como definem Alvim e Paim (2000). Nesse sentido, muitas das peças jornalísticas analisadas nesse estudo apontam para essa perspectiva, retirando dos jovens que atuaram nas ocupações das escolas entre os anos de 2015 e 2016 seu protagonismo político.

2.3 Os jovens como atores políticos

Quando as juventudes são vistas apenas como uma faixa etária da vida, um tempo de conflitos emocionais e um tempo de preparo para o mundo adulto, os jovens, além de serem considerados problemas à sociedade, muitas vezes também são considerados apáticos e desinteressados com relação às questões políticas.

O espaço considerado ideal para despertar o interesse e engajamento político dos jovens é a escola, ambiente em que passam boa parte de suas vidas e que deve (ou deveria) ser o local de troca de aprendizados, vivências e saberes.

Dayrell (2007) argumenta que a escola se tornou um espaço enfadonho e sem sentido no cotidiano dos jovens, pois apresenta conteúdos repassados pelos professores e que pouco acrescentam à formação. O autor respalda ainda que a escola se tornou uma “obrigação” na vida dos jovens devido a necessidade de certificação e diplomas para a vida profissional. “Parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores e jovens

se perguntando a que ela se propõe”. (DAYRELL, 2007, p.1108). Esse vazio pedagógico e também político das escolas atuais, que tendem a colocar as juventudes em um papel passivo e de subordinação pode ser um dos motivos que levaram alguns grupos a assumirem para si a ocupação de suas escolas e reivindicar suas pautas. Portanto, o que se deve enfatizar é que as ocupações atestam dois fenômenos relativo às juventudes no Brasil nesse momento: o descompasso da escola de ensino médio com seu “público alvo” e o desejo de uma educação melhor que esses jovens reivindicam para si.

No decorrer da história, vale salientar, que as juventudes em sua pluralidade se levantaram para lutar e reivindicar seus direitos, assim como sua autonomia e liberdade, principalmente no período pós-guerra. Neste período, algumas mudanças foram significativas no quesito juventude como destaca Abramo (1994).

No período que se abre depois da Segunda Guerra Mundial ocorrem mudanças significativas na configuração e problematização da juventude, centradas na sua ampliação e vinculação aos espaços de lazer, à indústria cultural e aos meios de comunicação. (p.27)

A partir deste período, as juventudes passaram a se organizar em pares para se engajarem em ações políticas e as Escolas e Universidades foram os principais cenários deste engajamento.

Abramo (1994) argumenta que o tempo de espera para ingressar no mundo dos adultos que é ocasionado pelos anos escolares faz com que os jovens formem pares a fim de elaborarem laços de solidariedade. Conforme a autora, estes pares podem ser grupos pequenos de amigos e também movimentos mais amplos como o movimento estudantil.

Com a adesão das juventudes aos movimentos sociais e grupos de ativismo político, as juventudes em geral foram caracterizadas como um problema, porque começaram a viver em contraste com a ordem estruturada pela sociedade moderna, sendo considerada assim, como uma juventude fora dos padrões normais.

A caracterização das juventudes como delinquente e problema social despertou o interesse dos estudos da sociologia sobre o papel das juventudes como agente político que tem a capacidade de desenvolver uma postura crítica e transformadora onde vive. Tais estudos ganharam foco e interesse dos países latino-americanos no movimento estudantil como cita Abramo:

[...] O foco de interesse dos estudos latino-americanos esteve fundamentalmente dirigido aos movimentos estudantis, interrogando-se sobre sua capacidade de atuar como sujeito político, fazer alianças e articular-se com outros movimentos sociais e, por fim, provocar mudanças reais na sociedade. A visibilidade da juventude, portanto,

reduz-se à dos estudantes, e a relevância da sua atuação à dos movimentos estudantis. (ABRAMO, 1994, p.23)

A presença e participação política dos jovens se estruturou na década de 1950 e vigorou até a década de 1970, articulando mudanças e modernização de projetos propostos pelos universitários que faziam parte do movimento estudantil, logo, a referência de jovens e juventudes ficou entrelaçada aos estudantes contestadores que buscavam transformação social, no entanto, os outros tipos de juventudes e grupos, foram parcialmente esquecidos, grupos como o dos jovens operários, torcidas de futebol, movimento negro, jovens da periferia entre outros. (ABRAMO, 1994)

Até a década de 1990 o movimento estudantil constituído por universitários teve destaque na sociedade por suas ações, inclusive pelo apoio e manifestações a favor do *impeachment* do ex-presidente da República, Fernando Collor de Melo (PRN), em 1992 com o movimento “Caras Pintadas”. (ABRAMO, 1994)

Vale ressaltar que o movimento estudantil teve início com os jovens universitários, com característica de revolucionários e contestadores, era composto em sua grande parte por estudantes de classe média, vindos das principais universidades do país. (ABRAMO, 1994)

A autora explica que o movimento estudantil sempre levantou a bandeira da transformação, formulando projetos sociais e se propondo como a elite ou vanguarda da sociedade nas mais diversas situações. “O movimento estudantil sempre teve aqui, o caráter de ator político, com capacidade para falar em nome de outros setores” (p.24).

A partir dos anos 2000, especificamente a partir de 2010, outros jovens aderiram ao movimento estudantil, foram os estudantes secundaristas vindos das escolas públicas e da periferia das grandes cidades, jovens que fazem parte não só do movimento estudantil, como também do movimento negro, movimento LGBT, movimento feminista, MST, entre outros, mostrando a diversidade e pluralidade das juventudes contemporâneas. (MAYORGA, 2017)

Estes jovens por sua vez, contestaram e se manifestaram contra as medidas dos governos e além de irem às ruas protestar, também ocuparam espaços públicos como escolas, secretarias e assembleias em diversos estados brasileiros. (MAYORGA, 2017)

Tão logo o movimento das ocupações das escolas ganhou força, as juventudes envolvidas nas ocupações deixaram de ser referenciadas como revolucionárias e contestadoras, sendo descritas pela mídia como a juventude dos “desocupados”, “ameaçadores”, “desorganizados” e “perigosos”. Arreguy (2017) atesta que a mídia reduz o objetivo das manifestações, divulgando a percepção da violência.

A mídia de massa, atrelada aos interesses de oligarquias econômicas, por sua vez, reduz o foco de divulgação e interpretação das manifestações para que se perceba apenas essas formas visíveis de violência, ou seja, aquela cometida por um sujeito ou um grupo isolado de sujeitos contra o sistema. Assim, a percepção da violência sistêmica que funda as sociedades capitalísticas fica camuflada diante de episódios de explosão de rebeldia insurgente. (ARREGUY, 2017,p.121)

A contestação contra leis e medidas arbitrárias vindas por parte dos governos é questionada e considerada como “ anormal” quando praticadas pelas juventudes. O fato de ser jovem em algumas ocasiões como no caso das ocupações não lhes dá o direito e chance de se manifestarem e. quando isto acontece, são as questões da delinquência, rebeldia e revolta que aparecem. (MAYORGA, 2017).

É como se os jovens de periferia e de escolas públicas não tivessem o direito de reivindicar melhorias para a escola onde estudam e a comunidade que convivem, devendo apenas aceitar calados o que lhes é proposto pelas ações governamentais e pela grande mídia. Como afirma Abramo (1994), quando a juventude entra em contraste com a ordem social questionando “os cânones dos padrões dominantes”, é vista como anormal e desviante, passando a estar assim relacionada à negatividade em todas as situações.

2.4 Políticas Públicas para a Juventude

Em 2005, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) com o objetivo de promover pesquisas sobre o perfil da juventude brasileira e elaborar, consolidar e executar Políticas Públicas para Juventude. Além da SNJ, também foram criados o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) em 2007 e houve a aprovação do Estatuto da Juventude em 2013.

Se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera como crianças os indivíduos de zero a 12 anos e adolescentes os de 12 a 18 anos, o Estatuto da Juventude considera como jovem, no Brasil, todo indivíduo que tenha entre 15 e 29 anos. Ocorre que o adolescente entre 15 e 18 passa a ter seu estatuto jurídico indefinido, pois ambos os documentos atendem essa mesma faixa etária sob dupla designação. O Estatuto da Juventude resolve esse problema ao afirmar em seu Artigo 1º., parágrafo 2º, onde se lê:

“Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente,

e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.” (ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013).

Juridicamente, portanto, até os 18 anos de idade, os adolescentes terão assegurados seus direitos pelo ECA e, quando não conflitar legalmente e excepcionalmente, pelo Estatuto da Juventude. Essa condição dupla juridicamente pode ser entendida como uma forma de ampliar os direitos aos jovens para os adolescentes, uma vez que a legislação de 2013 atende questões que vão além do ECA.

De acordo com o Estatuto da Juventude, um quarto da população brasileira é composta por jovens e por este motivo, o Governo Federal se preocupou em garantir os direitos básicos dos jovens, que são:

“1-Direito à Diversidade e à Igualdade
 2-Direito ao Desporto e ao Lazer
 3-Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão
 4-Direito à Cultura
 5-Direito ao Território e à Mobilidade
 6-Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça
 7-Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil
 8-Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda
 9-Direito à Saúde
 10-Direito à Educação
 11-Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente.” (ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013).

Portanto, podemos concluir que entre os anos 1990 e 2013 o tema da juventude foi ganhando maior relevância política, uma vez que dois estatutos importantes passam a reger a vida de adolescentes e, posteriormente, dos jovens no país. Há que se considerar, sobretudo, que uma das questões centrais para se estabelecer a “idade do jovem” juridicamente no Brasil, está diretamente ligado ao seu ingresso no mercado de trabalho e a construção de uma independência financeira em relação à família de origem.

“O Brasil tem hoje cerca de 50,2 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, representando 26,4% da população (IBGE/PNAD, 2007). Desse total, 14 milhões vivem em famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo (PNAD, 2007). Estudos do IBGE/PNAD (2007) apontam que quase a metade dos desempregados do país é jovem. Esses dados se agravam a partir da constatação de que, em média, os trabalhadores jovens ganham menos da metade do que recebem os adultos (PNAD, 2006). Metade dos 54% que estão empregados trabalha sem carteira assinada. Ou seja, do total de jovens, apenas 27% têm emprego com carteira assinada e, portanto, direitos

trabalhistas e previdenciários assegurados.” (SILVA e SILVA, 2011, p. 664-665).

Nesse sentido, a ideia de que a escolaridade seria uma garantia para o ingresso no mercado de trabalho fica esvaziada. A formação escolar, às vezes mesmo a superior, não são garantias, uma vez que, como apontam as autoras, o problema do emprego e da renda dos jovens no Brasil não se restringe a uma questão pontual, mas, como afirma Pais, está entre os paradoxos de classe, gênero, situação familiar, entre outros.

CAPÍTULO 3 - O MOVIMENTO DAS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS NO BRASIL NOS ANOS DE 2013 A 2015

3.1 As jornadas de junho de 2013 e a “geração Coca-Cola”

Em 2013, as capitais brasileiras e suas principais avenidas foram preenchidas por cidadãs e cidadãos que se uniram e decidiram se manifestar contra o valor das passagens do transporte público. O manifesto ganhou diversos títulos: “Vem pra rua”, “Movimento do Passe Livre”, “Jornadas de Junho”, entre outros. Tais manifestações foram organizadas por meio das redes sociais e trouxeram as juventudes como principais atores e protagonistas destes movimentos. (MOREIRA e SANTIAGO, 2013).

Com os slogans como “O gigante acordou” e “jogaram *menthos* na geração Coca-Cola”², milhares de jovens se organizaram e foram às ruas mostrar sua indignação contra o valor das tarifas do transporte público nas grandes cidades e reivindicar melhorias nesse serviço público. O termo “geração Coca-Cola” faz uma alusão aos jovens pós-revolucionários dos anos 1980 e 1990, uma geração considerada apolítica, tendo em vista que as últimas manifestações por parte de jovens e movimentos estudantis aconteceram em 1992, com o *impeachment* do Presidente Collor (ARREGUY, 2017). A banda musical Legião Urbana se projetou nacionalmente em meados dos anos 1980 com a música intitulada “Geração Coca-cola” cuja letra faz referência a uma geração de jovens “industrializada” e menos revolucionária que a que lhe antecedeu na década de 1970. Como podemos perceber, estas abordagens parte de um princípio “geracional” de concepção de juventude.

De acordo com Mayorga, antes de 2013, as juventudes foram consideradas apáticas em relações a questões políticas porque nos anos anteriores, estavam vivendo o “acirramento de lógicas neoliberais e a inserção mais intensa da lógica do mercado”. Ainda conforme a autora, neste tempo, as juventudes não estavam paradas:

“Talvez fosse o que alguns pesquisadores - como Oscar Aguilera, do Chile- defendem: de que ali estavam sendo gestadas algumas posições e reflexões, que depois, mais adiante, vão emergir de forma mais sistematizada. Então, nomeamos esse período como uma certa apatia da juventude.” (MAYORGA, 2017, p.16)

² A expressão faz referência a uma brincadeira que existe entre jovens, que consiste em jogar balas de hortelã da marca *Menthos* dentro de uma garrafa de refrigerante de Coca-Cola, provocando uma reação química onde o líquido transborda com força, formando um jato.

Vale ressaltar que entre as juventudes que foram às ruas se manifestar nas “Jornadas de Junho”, boa parte era composta por jovens de tendência política liberal ou de direita, um público diferente daquele que se manifestava nos anos anteriores de 1980 e 1990 como descreve Mayorga:

Podemos entender que essas manifestações protagonizadas pelos jovens possibilitaram a emergência de vozes mais conservadoras, de vozes até declaradamente fascistas, porque também visibilizaram para o público posições mais autoritárias, defendendo o nacionalismo fascista. Assim, algumas leituras vão de fato identificar, nesse período, a emergência de uma juventude mais de direita, conservadora. [...]. Houve igualmente uma mobilização mais tímida da juventude trabalhadora (ou do campo) na divulgação de suas pautas, que posteriormente se tornaram públicas. (MAYORGA, 2017, p.18)

No contexto político que as manifestações de 2013 aconteceram, o Brasil estava sendo presidido por Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores- PT), a primeira mulher a ser presidente do Brasil e também pertencente a um partido político de centro-esquerda. O ano seguinte, seria o ano de eleições presidenciais, o qual Dilma concorreu à reeleição e ano em que o Brasil sediou a Copa do Mundo. Logo, as pautas de reivindicações dos manifestantes deixaram de ser relacionadas apenas ao valor das passagens do transporte público e também passaram a cobrar melhorias na educação, saúde, mobilidade social, entre outros. (MAYORGA, 2017)

As manifestações de junho de 2013 tiveram seu início em São Paulo e ganharam força em todo o país principalmente com a participação em massa dos jovens, sejam de direita ou de esquerda. Embora as jornadas de junho tenham se espalhado por todo país, a mídia caracterizou o movimento como atos de vandalismo, criminalizando assim os participantes e suas ações. A ênfase dada às notícias sobre as jornadas foram, mais relacionadas às ações violentas por parte da polícia ou de manifestantes como descreve Arreguy, 2017:

A onda de manifestações ocorrida em 2013 envolvendo toda a população do país terminou por resvalar para o campo da violência reativa, supostamente justificável, mas em grande parte ineficaz. Os destinos das manifestações no Brasil e no mundo foram difusos e geraram novas formas de opressão. Uma onda de atitudes ultraconservadoras surgiu como resposta ao mal-estar generalizado surgido em manifestações de origem popular. (ARREGUY, 2017, p.119)

Mayorga (2017) respalda que as vozes dos jovens geralmente são silenciadas ou criminalizadas quando estes despontam como atores sociais em atos que envolvem questões políticas. De acordo com a autora, quando um jovem se engaja para reivindicar e problematizar as relações sociais bem como as instituições, ele passa a incomodar e se transforma em um “jovem problemático, irracional, rebelde e revoltado”. (MAYORGA, op. cit. p.14)

A criminalização das jornadas de junho se deu principalmente pela presença de um grupo de jovens denominado *Blackblocs*, ou mascarados, que ao final das manifestações se tornavam alvo das repressões policiais e manchetes na mídia. A pesquisadora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Esther Solano, desenvolveu uma pesquisa com estes jovens para conhecê-los e quais as motivações de fazerem parte desse movimento.

De acordo com Solano (2014), os *Blackblocs* são jovens estudantes, que possuem algum trabalho e não são apenas das periferias das grandes cidades como muitos pensam. Ela defende em sua pesquisa que eles possuem um projeto político e as manifestações por meio da suposta violência, que consiste geralmente em ao quebrar um bem do patrimônio privado ou público, tem significado e sentido específicos:

Jovens na casa dos vinte anos, com emprego e acesso ao ensino superior, embora ambos de qualidade discutível; submetidos à precariedade dos serviços públicos do estado em áreas como saúde, transporte e educação; defensores de uma visão de mundo, na qual atacar símbolos do capitalismo não pode ser considerado um ato violento, pois a verdadeira violência contra a população é praticada pelo sistema político e corporativo. (SOLANO, 2014, p.37).

Os atos cometidos pelos jovens membros dos *Blackblocs*, ainda que tenham sido retratados pelos veículos midiáticos como vandalismo, podem ser entendidos como ações de contestação e protesto pelos péssimos serviços públicos que são oferecidos e que esses jovens são, efetivamente, usuários.

A seguir, temos um excerto de uma entrevista de Solano com um desses jovens:

- Me conta um pouquinho de você: Por que está aqui? (Solano)
 - Gosto muito de estudar. Estudo em escola pública. Tiro 10 em física, em matemática. Mas eu sei que isso não adianta. Depois, os coxinhas³ que estudam em boas escolas acabam nas melhores universidades e a gente fica na luta a vida toda para quê? Esses burgueses levam tudo. Eu não tenho as oportunidades deles. Por isso estou aqui. Estou revoltado com essa situação [...] (Jovem Blackbloc). (SOLANO, 2014, p.32)

Portanto, os jovens *blackblocs* que foram muito visados durante os protestos de junho de 2013 acreditam que não praticam violência e sim que esta violência é praticada pelo Estado

³ A partir das grandes manifestações de 2013, a população do país se polarizou politicamente de forma mais nítida entre direita e esquerda, *coxinha* ganha um sentido pejorativo passando a ser usada para descrever a qualquer indivíduo conservador, ou seja, uma pessoa mais ligada aos princípios do capitalismo e com a ideia de livre mercado. A palavra coxinha, portanto, passa a ser usada para descrever pessoas e comportamento de direita. Cf. www.significadosbr.com.br/coxinha. Acesso em 26 de janeiro de 2017.

contra os milhares de brasileiros todos os dias, quando ocorre o sucateamento de hospitais, escolas e transporte público.

Para Arreguy (2017), uma forma sutil de violência cometida pelo Estado é quando o mesmo apoia as representações da mídia por meio do marketing e propagandas incentivando o consumo falho como uma forma de dominação e ainda, quando este se levanta em “defesa da sociedade”, controlando, espancando e prendendo os sujeitos que vão às ruas.

Em 2014, as manifestações ainda aconteceram, mas de uma forma mais sutil e tímida. Foi o ano da Copa do Mundo no Brasil, momento em que muitos estrangeiros estiveram no país. Em seguida, ocorreram as eleições presidenciais e Dilma Rousseff (PT) foi reeleita com uma margem de votos baixa e um índice de abstenção elevado. Este foi o pontapé para que novas manifestações acontecessem nos anos seguintes, bem como uma disputa pelo poder (em nível federal) fosse aberta no Brasil.⁴

3.2 - Reorganização escolar e as primeiras ocupações

Em setembro de 2015, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (Partido da Social Democracia Brasileira- PSDB) anunciou uma reorganização escolar nas escolas públicas da Rede Estadual. A proposta atingiria os estudantes do Ensino Médio e do Fundamental II, e tinha como objetivo transferir centenas de alunos entre as escolas da rede pública e mudar os ciclos de mais de 700 escolas. (Moraes e Ximenes, 2016).

A “reorganização escolar” foi anunciada pelo governador sem nem ao menos abrir o diálogo com a comunidade escolar e seus principais interessados como os estudantes, professores, funcionários e famílias.

De acordo com Moraes e Ximenes (2016), os argumentos do governador para a reorganização escolar estavam baseados em um documento produzido pela Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA) da Secretaria Estadual de Educação (SEE-SP) alegando que nos últimos 17 anos, havia acontecido uma redução de aproximadamente 2 milhões de estudantes da rede estadual.

O referido estudo da CIMA só veio a público muitas semanas após o anúncio do processo de reorganização, em resposta a dezenas de manifestações críticas de

⁴ Dilma Rousseff (PT) obteve 54.501.118 votos (51,64%) e Aécio Neves (PSDB) 51.041.155 votos (48,36%). As abstenções totalizaram 30.137.479 (21,1% do total). O resultado foi contestado pela oposição desde o resultado oficial e culminou com o impedimento da presidenta em 2016.

Cf. <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>. Acesso em 21 de janeiro de 2018.

instituições de ensino e pesquisa, universidades, escolas de pedagogia e de licenciaturas, e entidade representativas do campo educacional. O governo sequer o publicou em seus canais oficiais, sendo que o texto veio a público no jornal O Estado de S. Paulo, que o obteve somente após recorrer aos mecanismos da Lei de Acesso à Informação. Até então, tratava-se de uma política de enorme impacto que, além de decidida unilateralmente, não contava sequer com um documento técnico que o justificasse. (MORAES e XIMENES, 2016, p.1080)

A chamada “reorganização escolar” acarretaria no fechamento de 93 escolas públicas, mudança dos alunos de um espaço físico e geográfico da cidade para outro, superlotação das classes e, não havia um destino explícito para os prédios públicos onde funcionavam as escolas que seriam fechadas.

Tão logo a proposta do governo veio à tona, os estudantes já começaram a se organizar em coletivos através das mídias sociais (Romancini e Castilho, 2017) e, a princípio, foram às ruas para protestar, assim como em junho de 2013. “Pelos levantamentos realizados, que não foram exaustivos, houve mais de 163 protestos em 63 cidades do estado”. (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, citados por MORAES e XIMENES, 2016).

Depois de irem às ruas e fecharem avenidas, os estudantes se inspiraram nas escolas chilenas e argentinas e adaptaram o manual “Como ocupar uma escola”. No final do mês de novembro de 2015, as primeiras ocupações aconteceram, conforme Romancini e Castilho (2017):

Novembro de 2015 marcou o início de mais uma série de manifestações organizadas pela juventude brasileira, revelando a força das novas formas de ativismo (nas quais o uso da mídia possui teor relevante) e seu notável potencial de mudança ao intervir nas políticas públicas. Dessa vez, jovens estudantes, nomeadamente entre 14 e 18 anos, se mobilizaram para realizar um movimento caracterizado pela ocupação das escolas, no qual os adolescentes foram ou permaneceram nestes locais, acampando por tempo indeterminado, ou seja, até que suas reivindicações fossem atendidas. A principal inspiração veio de um movimento análogo dos estudantes chilenos (*Rebelião dos Pinguins*), ocorrido em 2006, particularmente em termos das estratégias de mobilização. Os jovens brasileiros adaptaram uma cartilha de estudantes chilenos e argentinos como recomendações sobre “Como ocupar um colégio” e uma de suas passeatas no Brasil foi: “Isto aqui vai virar o Chile”. (ROMANCINI e CASTILHO, 2017, p.02)

O movimento das ocupações alcançou 200 escolas públicas (de ensino fundamental e médio, escolas técnicas e Universidades) entre os dias 09 de novembro a 04 de dezembro de 2015 em todo estado de São Paulo (Romancini e Castilho, 2017).

Durante as ocupações, estes estudantes tiveram que manter uma postura autônoma para permanecerem acampados dentro das escolas. Organizaram de forma sistemática a rotina de tarefas que consistia em cuidar do prédio por meio de mutirões de limpeza, preparar suas próprias refeições, cuidar da segurança, definir os responsáveis por falar com a imprensa e,

ainda, definir quais atividades acadêmicas, culturais ou esportivas seriam desenvolvidas no dia. Esse é um ponto importante a ser destacado, uma vez que as ocupações contaram com apresentações culturais com o apoio de alguns artistas, atividades esportivas, debates, rodas de conversa e “aulões” preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). (Moraes e Ximenes, 2016).

Com as atividades desenvolvidas durante as primeiras ocupações em São Paulo, os secundaristas mostraram que se preocupam com a escola e que apesar da atual situação do ensino público no país, a escola é o seu espaço por direito e o reconhecem como local de aprendizagem e de sociabilidade uns com os outros, como descreve Moraes e Ximenes:

Lutaram contra a precarização do ensino; contra a falta de bibliotecas, de laboratórios destinados ao ensino das ciências e das artes, de espaços para desenvolvimento do esporte e das atividades artísticas; mobilizaram-se contra a jornada excessiva e o baixo salário de seus professores [...] denunciaram a baixa qualidade da alimentação que lhes é servida. Enfim, reivindicaram o direito constitucional à universalidade de uma educação de base de igual qualidade, comum a todos os brasileiros, com respeito à diversidade de posições e de interesses de estudantes, professores e comunidades. (MORAES e XIMENES, 2016, p.1081)

Diante das ocupações que cresciam em todo o estado, o governo de São Paulo se opôs aos protestos dos estudantes, argumentando que estavam sendo manipulados por motivações políticas e partidárias e, mais uma vez, assim como aconteceu em junho de 2013, as manifestações foram criminalizadas e o estado contou com a intervenção da Polícia Militar para desocupar as escolas e prédios públicos, utilizando até mesmo técnicas de guerrilha. (Romancini e Castilho, 2017, p. 02)

Dentro destas técnicas de guerrilha estavam o uso de violência física, quando policiais algemaram os estudantes, usaram *sprays* de pimenta e/ou balas de borracha nas manifestações. Além disso, houve ainda o que se considera como o uso da violência emocional, quando os policiais cercavam as escolas, cortavam o acesso à água e luz e impediam a entrada de alimentos nos prédios, técnicas semelhantes às usadas no sombrio período da ditadura militar como argumenta Arreguy (2017):

[...] Ao invés de sustentar a ilusão criativa como matéria-prima de transformação social, o estado contra-ataca, destrói, neutraliza seus jovens heróis insurgentes em busca de um mundo melhor através da força bruta e da renovação da perseguição jurídico-política, já conhecida de tempos de ditadura militar (1964-1984). Jovens passam a ser fichados, vigiados, perseguidos e punidos de modo “exemplar”, massacrados pela Polícia Militar e forças similares [...] (p. 129).

Novamente, o estado mostrou que a voz dos jovens não tem valor diante de manifestações políticas. Conforme Mayorga (2017), quando os jovens se manifestam

politicamente, acontecem duas concepções, ou é “criminalizado” ou “desqualificado”. (p.14). No entanto, mesmo sofrendo represálias, os estudantes se mantiveram firmes e resistentes nas ocupações, fato que contribuiu para que recebessem apoio de grupos sindicais, estudantis e de alguns artistas. Logo a popularidade do governador Geraldo Alckmin foi afetada, fato que o levou a recuar na proposta de “reorganização escolar” em dezembro de 2015. (Romancini e Castilho, 2017).

No “cabo de guerra” travado entre o governo e estudantes, pode-se considerar que nas ocupações de 2015, os estudantes saíram vitoriosos depois do anúncio da suspensão da “reorganização escolar” por parte do governo e do pedido de demissão do secretário da educação, Herman Voorwald.

O recuo do governo, [...], e o anúncio da suspensão da “reorganização” em pronunciamento público pelo governador consolidou a vitória do movimento dos estudantes. A publicação do decreto nº 61.629/2015 no Diário Oficial (SÃO PAULO, 2015) marcava uma grande conquista, poucas vezes vista em mais de 20 anos de governo tucano. Aos poucos e de modo diferenciado, impelidos pela violência ou pela avaliação autônoma do movimento, em meio a hesitações e acordos com as diretorias das instituições, os estudantes foram desocupando suas escolas. (MORAES e XIMENES, 2016, p.1082).

O processo de desocupação das escolas ocupadas em São Paulo foi acontecendo gradativamente até meados de janeiro de 2016. Todavia, a luta dos secundaristas não tinha sido encerrada, estava apenas começando.

3.3 2016 e o Golpe

Em janeiro de 2016, as últimas escolas públicas foram desocupadas em São Paulo e o movimento ganhou força em outros estados como Goiás, onde os estudantes ocuparam as escolas contra o plano do governador Marconi Perilo (PSDB) de entregar parte da gestão das escolas para ser administradas por Organizações Sociais (OSs). As primeiras ocupações aconteceram ainda em dezembro de 2015 e seguiram até janeiro de 2016. Ao todo, 27 escolas foram ocupadas naquele estado.

Ainda em janeiro de 2016, escolas também foram ocupadas nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e outros. Nestes estados da federação, as ocupações aconteceram em apoio à greve dos professores, sucateamento das escolas públicas e em favor de uma alimentação apropriada (Moraes e Ximenes, 2016). No entanto, nestes estados, as ocupações não duraram muito tempo.

Enquanto isto, as manifestações populares cresciam e se espalhavam por todo país. Grupos de pessoas passaram a ir às ruas vestindo roupas de cores específicas de sua posição ideológica: verde e amarelo pelos manifestantes contrários ao governo do PT e vermelho por seus defensores. Desde as eleições de 2014 em que Dilma Rousseff (PT) foi reeleita, o cenário político no Brasil praticamente se tornou uma arena por disputa de poderes. (SOUZA, 2016)

Com bonecos infláveis representando um pato amarelo (em referência à expressão popular “quem vai pagar o pato?”) e políticos, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff (PT), uma parcela mais conservadora da classe média foi às ruas vestindo a camisa da seleção brasileira, cantando o hino nacional, batendo panelas, reivindicando o fim da corrupção por meio do *impeachment* de Dilma. Desta vez, a mídia noticiou as manifestações como “pacíficas”, afinal, não eram mais os estudantes revoltados que se manifestavam, e sim as famílias brasileiras. (SOUZA, 2016).

É importante perceber que essa diferença da cobertura da mídia, para além de seus interesses políticos e ideológicos envolvidos nos dois eventos, demonstra como permanece na cultura midiática a ideia das juventudes enquanto rebelde e problemática, e não como cidadã ou preocupada com a educação. Ao enfatizar as manifestações estudantis como “baderneiras” ou “vândalas” e as manifestações pró-*impeachment* como pacíficas, os agentes sociais envolvidos representados acabam por reforçar ideias conservadoras.

De acordo com Souza (2016), essa fração da população foi claramente manipulada pela mídia partidária e conservadora de direita, usando-os como “massa de manobra” para solicitar o combate à corrupção que eles chamavam de *impeachment*, mas se configurou, em uma dada perspectiva histórica, como golpe de estado:

O combate à corrupção torna-se pornograficamente seletivo, uma vez que persegue a esquerda, enquanto blindava a direita. Mas sem a participação do nosso verdadeiro ‘partido das elites’, a imprensa manipulada e manipuladora, não teria se formado o clima insurrecional que possibilitou o golpe. A imprensa partidária e conservadora já havia criado uma base social de extrema direita para o golpe, e a elite do dinheiro descontente tem agora não apenas seus aliados de sempre – Congresso comprado pelo financiamento privado de eleições e mídia comprada -, mas também uma base social altamente motivada e engajada, em uma luta que percebe como sua. Essa fração de classe, ingênua de fio a pavio, se imagina não como massa de manobra, mas como protagonista do drama. (p.106)

Depois dos “panelaços” e manifestações por parte da população, com a influência da mídia e participação maciça do Congresso Nacional, o golpe aconteceu em abril de 2016 e

Dilma Rousseff (PT) foi deposta do cargo de presidente, assumindo em seu lugar o vice-presidente Michel Temer (PMDB).⁵

3.3.1 Reforma do Ensino Médio

Em setembro de 2016, Michel Temer assumiu definitivamente a presidência do Brasil e já anunciou novas medidas que alterariam a vida de muita gente, principalmente dos estudantes das escolas públicas. Entre estas mudanças está a Medida Provisória (MP) nº 746/2016 que propõe “a organização dos currículos do ensino médio, ampliar progressivamente a jornada escolar deste nível de ensino e criar a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral”. (BRASIL, 2016 apud Ferreti e Silva, 2017, p. 386).

Conforme Ferreti e Silva, (2017), quando a MP nº 746/2016 foi anunciada, dois fatores chamaram a atenção da mídia e da sociedade, entre eles, a extinção da obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física e também a “possibilidade de atribuição do exercício da docência a pessoas com notório saber em alguma especialidade técnico-profissional”.

No governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), houve uma ampla abertura em relação a articulação com a iniciativa privada em relação à educação básica, principalmente a que envolve a educação profissional, tendo como programa de referência, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). (Ferreti e Silva, 2017). Conforme os autores, com o golpe parlamentar, o governo Temer (PMDB) trouxe à tona o neoliberalismo mais regressivo no qual o principal objetivo é a modernização tecnológica, no plano de produção, aliado ao capitalismo financeiro.

Para instituir a MP 746, o governo justificou que os estudantes estavam com baixo desempenho nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática conforme dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e que a carga horária do ensino médio que compreende 13 disciplinas era considerada excessiva aos estudantes, fato que fazia com que

⁵ “O plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (31/08/2016), por 61 votos favoráveis e 20 contrários, o impeachment de Dilma Rousseff. A presidente afastada foi condenada sob a acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal – as chamadas “pedaladas fiscais” no Plano Safra e os decretos que geraram gastos sem autorização do Congresso Nacional, mas não foi punida com a inabilitação para funções públicas. Com isso, ela poderá se candidatar para cargos eletivos e também exercer outras funções na administração pública.”
Cf. <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>. Acesso em 10/01/2018.

muitos desistissem dos estudos, ou caso concluíssem o ensino médio, não chegassem à Universidade.

Quando a MP 746 foi anunciada, diversas audiências públicas foram realizadas com representantes do Ministério da Educação (MEC), de setores privados e de movimentos sociais e acadêmicos para se discutir os rumos da educação básica no Brasil. (Ferreti e Silva, 2017). No entanto, mesmo em meio a estas audiências e diversos protestos por parte dos estudantes, como veremos logo adiante, a MP 746 foi transformada em Projeto de Lei como descrevem Ferreti e Silva (2017):

A MP nº 746 foi transformada no Projeto de Lei nº 34/2016 com base no Relatório da Comissão Mista. Esse PL foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal sancionado e publicado no Diário Oficial da União (DOU) como Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Foi, desse modo, incorporada à LDB nº 9.394/1996. (FERRETI e SILVA, 2017, p. 397)

Assim que o governo anunciou a MP 746, outra mudança também chamou a atenção da população estudantil: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, também aprovada pela Câmara dos Deputados e Senado Federal no final de 2016, a qual institui o limite dos gastos públicos com os serviços mais onerosos para o governo, como saúde, segurança e educação por um período de 20 anos. (MAYORGA, 2017).

3.3.2 #Ocupa Tudo

Assim que o governo anunciou a MP 746 e a PEC 241, novas ocupações das escolas públicas começaram a acontecer por todo o país, a partir do mês de outubro de 2016. De acordo com o site oficial da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), em 26 de outubro de 2016 havia 1.154 unidades de ensino ocupadas por estudantes secundaristas em todo país. As novas ocupações aconteceram com maior intensidade no estado do Paraná, onde 850 unidades de ensino entre escolas públicas de ensino médio, escolas técnicas, Institutos Federais e Universidades foram ocupadas.

No movimento das ocupações de escolas públicas, algo que chama a atenção é a participação maciça e organizada de jovens secundaristas com idades entre 14 e 18 anos, que passam a ter um protagonismo juvenil com relação às questões políticas, diferentemente dos chamados “anos revolucionários” (1960, 1970, 1980 e no *impeachment* de Collor) quando os jovens que se manifestavam eram os universitários de classe média. (ROMANCINI e CASTILHO, 2017).

Para Mayorga (2017) quando estes estudantes secundaristas manifestaram contra as medidas do governo, além de serem considerados como sujeito político e ator social, eles também estão falando de seus cotidianos, das experiências que vivem dentro da escola:

E não foi apenas a juventude universitária- que é tradicionalmente vista como sujeito da ação política-, mas também o jovem secundarista: aquele jovem que está falando da merenda, da alimentação, de transporte, da desqualificação de sua experiência em sala de aula, do racismo e da homofobia que vive dentro da escola. O horizonte era a PEC do teto dos gastos e todo retrocesso que ela poderia causar para a sociedade, mas, no fundo, o que estavam discutindo era a vida cotidiana deles. (MAYORGA, 2017, p.18)

Portanto, do ponto de vista da abrangência das reivindicações que o movimento dos estudantes que ocuparam as escolas no contexto de 2016 era mais amplo que aquele que dera início ao movimento. Os problemas que agora eram elencados como causa das ocupações diziam respeito a outras instâncias de sua vida para além da escolarização formal.

Outro fato relevante nas ocupações foi a heterogeneidade do movimento, pois embora estes jovens estivessem em luta protestando contra as mesmas medidas em todo país (PEC-241 e MP-746), em cada estado da federação brasileira onde aconteceram as ocupações, as demandas e reivindicações nas unidades de ensino, foram diferentes. “Cada escola apresentou uma dinâmica política própria”. (MORAES e XIMENES, 2016, p.1081).

Ganhou destaque a atuação dos diversos movimentos nas ocupações, inclusive a atuação constante das jovens, que romperam com a dinâmica das relações de gênero como destacam Moraes e Ximenes (2016):

A atuação das meninas no movimento- evidenciada, em particular, nas imagens fotográficas dos trancamentos de rua e nos enfrentamentos com a polícia- mostram o protagonismo das mulheres. A convivência e suas atividades formativas contribuíram para um novo olhar sobre a diversidade, sobre questões de igualdade de gênero e da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e travestis (LGBT). (p.1082)

Apesar de viverem a diversidade dentro das ocupações e protagonizarem momentos e experiências de grande aprendizado nas ocupações de 2016, os embates com a polícia foram constantes, assim como aconteceu nas primeiras ocupações em 2015 e, mais uma vez, o movimento foi criminalizado, principalmente no Paraná, onde um jovem foi morto dentro de uma escola ocupada.

CAPÍTULO 4 - O JORNAL FOLHA DE S. PAULO E O TEMA DAS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS

Nesse capítulo passamos a analisar as peças jornalísticas veiculadas no jornal *Folha de S. Paulo*, referente às ocupações das escolas públicas, cujo contexto histórico foi analisado até então. A escolha desse material deveu-se, sobretudo, pela penetração que esse veículo tem nas demais mídias, confluindo para a construção de imagens e representações midiáticas sobre as juventudes, como aponta Kellner.

4.1 Contexto sócio-histórico do jornal Folha de S. Paulo

A história do jornal Folha de São Paulo tem início em 1921, quando o jornal Folha da Noite foi lançado no Brasil, tendo como seus primeiros interlocutores os jornalistas Olival Costa, Pedro Cunha, Léo Vaz, Mariano Costa, Ricardo Figueiredo e Artêmio Figueiredo, que tinham a proposta de atingir públicos diferenciados. (PIRES, 2007).

De acordo com a pesquisa de Elaine Muniz Pires (2007), em 1925, depois do jornal Folha da Noite, o jornal Folha da Manhã foi lançado, concorrendo diretamente com o jornal O Estado de São Paulo. Em 1929, a Folha da Manhã apoiou a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República, o que lhe rendeu o “empastelamento” em outubro de 1930, só voltando a circular em 1931.

As “Folhas” só voltariam a circular em janeiro de 1931 quando Octaviano Alves de Lima comprou a empresa e adotou o viés de defender a vocação agrária e criticar as medidas governamentais de Vargas, voltadas à industrialização, logo, o público alvo do jornal passou a ser a elite agrária e de tendência mais conservadora do país. Em 1945, Octaviano vendeu a empresa Folha da Manhã para José Nabantino Reis, Clóvis Queiroga e Alcides Meireles. A venda aconteceu após o fim do Estado Novo e em 1949 a Folha da Tarde foi lançada. (PIRES, 2007).

Pires (2007) destaca, ainda, que em 1953 Nabantino implementou um processo de reformulação e modernização do jornal e inaugurou a sua nova sede. Em 1960 as “Folhas” foram unificadas e a Folha de São Paulo passou a ser a única publicação da empresa, com três edições diárias: manhã, tarde e noite.

Devido a conjuntura econômica da época, Nabantino vendeu a empresa para os empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Entre 1960 e 1970, Frias e Caldeira investiram na reorganização e pagamento das dívidas e modernização tecnológica.

(PIRES, 2007). De acordo com Mota e Capelato (1981) citados por Mariano (2010), o Grupo Folha teve o pontapé de sua história quando os empresários Frias e Caldeiras assumiram o jornal no período de 1962 a 1981, sendo este período compreendido em três fases: de 1962 a 1967, que foi marcada pela reorganização financeiro-administrativa e tecnológica; de 1968 a 1974 com uma “revolução” tecnológica e de 1974 a 1981, quando se investiu na “definição de um projeto político-cultural. (p.14)

Mariano (2010) afirma que a partir de 1975, a FSP adotou uma linha editorial combativa ao regime militar, uma postura assumida pelo jornalista Cláudio Abramo que, no entanto, foi afastado da direção de redação da Folha em 1977, devido a um incidente que envolveu o seu nome com a alta cúpula do regime militar. Em seu lugar, foi nomeado o jornalista Boris Casoy, o qual ali permaneceu até 1984, quando assumiu Otávio Frias Filho. Ainda, segundo a autora, a partir de 1980 os projetos editoriais da FSP foram operacionalizados através do desenvolvimento de três manuais, sendo eles: o Manual Geral da Redação (1984), Edição revisada e ampliada (1987), o novo Manual da Redação (1992) e o Manual da Redação (2001). Durante as décadas de 1980 e 1990, a Folha de São Paulo intensificou suas estratégias de marketing e publicações rememorando a participação do jornal na campanha “Diretas Já!” do início dos anos 1980.

É nesse momento que, segundo Mariano (2010), ocorreu um salto “crucial” na história do jornal e do Grupo Folha: “O jornalista Otávio Frias Filho, filho de Octávio Frias de Oliveira, às vésperas de sua posse como editor do mais importante jornal do Grupo, definiu que a FSP e o Grupo se pautariam e um ‘jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno’”. (p.126)

Nos Manuais de Redação da Folha, os dois termos possuem os seguintes significados:

- Apartidarismo: Princípio editorial da **Folha**. O jornal não se atrela a grupo, tendência ideológica ou partido político, mas procura adotar posição clara em toda questão controversa. Mesmo quando defende tese, ideia ou atitude, a **Folha** não deixa de noticiar e publicar posições divergentes das suas. (FOLHA DE S. PAULO, 2013, p.37)

-Pluralismo: Princípio editorial da **Folha**. Numa sociedade complexa, todo fato se presta a interpretações múltiplas, quando não antagônicas. O leitor da **Folha** deve ter assegurado seu direito de acesso a todas elas. Todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no jornal. (FOLHA DE S. PAULO, 2013, p. 48)

De acordo com Mariano (2010), no início dos anos 1990, a FSP já tinha consolidado a imagem de veículo de comunicação mais influente no país, tornando-se um conglomerado de mídia. E em 1996, o Grupo Folha se associou com a gráfica norte-americana Quad/Graphics, formando assim a maior empresa gráfica comercial do Brasil, para, em seguida estabelecer uma holding, a Folhapar. O faturamento do Grupo dobrou entre os anos de 1995 a 2000.

Atualmente, o Grupo Folha, presidido por Luís Frias, é um grupo multimídia de grande porte, que dispõe de um dos maiores parques gráficos do mundo, e é composto por 15 empresas, compreendendo quatro jornais diários, um instituto de pesquisa, uma empresa de transporte e distribuição, duas empresas especializadas em publicações, editorias e gráfica, um banco de dados, uma agência de notícias, quatro periódicos especiais e um provedor de internet, o UOL (Universo on line), tido como o mais acessado no país. (MARIANO, 2010, p.122)

Por meio de seu próprio marketing, a *Folha* passou a utilizar manchetes em tom apelativo e um editorial provocativo, o que em pouco tempo, conquistou a liderança no mercado de opinião do país.

4.1.1 O tratamento da Folha às questões da infância e adolescência

Diante deste contexto histórico, a FSP passou a abordar questões relacionadas à infância e a adolescência e segundo um relatório da Agência de Notícias da Infância (ANDI), nos anos de 2003 e 2004, a *Folha* estava entre os dez jornais que mais publicavam matérias sobre crianças e adolescentes, assumindo assim um posto de “porta voz” da infância e adolescência pobre.

No último ranking quanti-qualitativo efetuado pela agência, referente aos anos de 2003/2004, a FSP foi o veículo que obteve a melhor avaliação (ANDI, 2005). Nos relatórios de tais monitoramentos, a ANDI frequentemente tece considerações elogiosas à *Folha* qualificando-a como “parâmetro de jornalismo de todo país” (ANDI; IAS,2003, p.16). Mesmo quando não era bem ranqueada, para a ANDI, a *Folha* se destacava “pela profundidade, alcance e impacto da cobertura, além de permanecer como referência de um jornalismo comprometido com a investigação das causas dos problemas que atingem crianças e adolescentes” (ANDI;IAS,2001, p.32). Enfim, para a ANDI, a *Folha* é referência na cobertura dos temas da infância e adolescência. (MARIANO,2010, p.144)

Mariano (2010) ao citar Bob Franklin (2002b), pondera que em suas análises sobre produção midiática com crianças e jovens na imprensa britânica nas décadas de 1980 e 1990, o autor identificou que as representações sobre estes na mídia aconteciam de duas formas contraditórias: ou eram representados como passivos, dependentes e vulneráveis, ou como antissociais e irresponsáveis que necessitam de controle social.

A autora afirma, ainda, que em âmbito internacional, a imprensa geralmente representa crianças e adolescentes de um ponto de vista negativo, dando preferência aos enfoques sensacionalistas, “revestindo-os de interesse noticioso quando associados ao desvio e à violência- seja enquanto vítima ou algoz”. Ela também destaca o silenciamento e a ausência de

voz de crianças e adolescentes nas notícias, assim como a “não consideração deles como possíveis receptores das matérias”. (p.136)

Por se considerar “apartidária e pluralista” e ainda “porta voz” das questões da infância e adolescência, a *Folha* tem sido objeto de pesquisas e estudos do Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI) do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP. Os estudos do NEGRI visam problematizar “ a construção da agenda de políticas sociais para a infância brasileira contemporânea”, conforme descrevem Rosemberg e Andrade (2012):

[...]Para tanto, um dos projetos focaliza mídia e infância, a partir do qual nos propomos a apreender o tratamento dado pela mídia escrita, especialmente pelo jornal *Folha de S.Paulo*— considerado o veículo impresso brasileiro que mais atenção dá ao tema infância (ANDI, 2002)—, a temas que passaram a ocupar a posição de “problemas sociais” na agenda de políticas públicas brasileira das últimas décadas do século XX: “prostituição infanto-juvenil” (ANDRADE, 2001), “gravidez adolescente” (NAZARETH, 2004), “trabalho infantil” (FREITAS, 2004) e “meninos de rua” (ANDRADE, 2005). Nesta comunicação focalizaremos o tratamento dado ao tema “meninos de rua” em matérias publicadas pelo jornal impresso *Folha de S.Paulo* entre 1980 e 2001. Esta comunicação busca articular dois campos teóricos — construção de problemas sociais e ideologia [...] (ROSEMBERG e ANDRADE, 2012, p. 286)

De acordo com os estudos do NEGRI, as peças jornalísticas produzidas pela *Folha* sobre infâncias e juventudes pobres no Brasil, tratam do assunto como um “problema social”. De acordo com Rosemberg e Andrade (2012), a mídia assume posição de destaque na construção de um problema social, “estigmatizando a pobreza, configurando-se, então, como uma produção ideológica”. (p. 292)

4.2 A construção da notícia

Em todo veículo de comunicação a produção da notícia é o centro da ação jornalística, considerado de suma importância, pois é por meio dela que o telespectador, leitor ou ouvinte (dependendo do meio em que a notícia é veiculada) terá acesso à informação sobre os fatos e acontecimentos do cotidiano. Lage (2001), citado por Moraes (2017), define a notícia como uma forma de transmissão de uma experiência para quem não a presenciou, é contar um fato, um acontecimento ou uma história, uma informação sobre algo ou alguém. (p.56)

Moraes (2017) pensando com Kunczik (1998), explica que o jornalismo e a produção das notícias se orientam por três questões básicas: O *Newsmaking* (critérios que irão determinar o que é notícia e como será divulgada nos meios de comunicação), *gate keepers* (define o assunto a ser noticiado pela mídia) e *agenda setting* (avalia qual notícia é de interesse do público), sendo o jornalista o responsável por agrupar, localizar, avaliar e divulgar a notícia.

(p.56). A autora afirma, portanto, que a seleção do que é considerado notícia é aquilo que é importante para divulgação na sociedade:

Questões do cotidiano também são levadas em consideração pelo telespectador, ou ouvinte, ou leitor, ou internauta. Entre elas estão os conflitos e questões sobre violência. Não é à toa que os noticiários são repletos de notícias a respeito de guerra, morte, brigas e confusões [...] A relevância e importância das notícias são outros importantes critérios que devem ser levados em consideração. São os fatos mais importantes e mais relevantes que serão divulgados como notícias. (MORAES, 2017, p.57)

Diante do exposto, iremos analisar como a *Folha de S. Paulo* noticiou as ocupações das escolas, qual o tratamento dado a este fato envolvendo as juventudes, uma vez que o jornal foi considerado como o porta-voz das questões da infância e adolescência, e ainda, afirma-se “apartidário e pluralista”.

4.3 Análise das peças jornalísticas

Nosso *corpus* de análise é composto por 146 peças jornalísticas publicadas entre os anos de 2015 e 2016 no *Jornal Folha de São Paulo* sobre as ocupações das escolas, movimento realizado por estudantes secundaristas contra algumas medidas dos governos. Devido ao grande número de peças jornalísticas coletadas, delimitamos este *corpus* em categorias, tal delimitação foi baseada na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977):

[...] Estando o universo demarcado (o gênero de documentos sobre os quais se pode efetuar a análise), é muitas vezes necessário proceder-se à *constituição de um corpus*. O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. (BARDIN, 1977, p.96)

Para a delimitação deste *corpus*, empregamos o critério de responder às seguintes questões: Qual o enfoque do jornal sobre as ocupações? Em que seção do jornal as peças foram publicadas com maior frequência? Qual o local das ocupações que teve mais publicações? Qual a voz mais ouvida nas peças?

Com o intuito de responder a tais questionamentos, recorreremos ao método da análise de conteúdo como já mencionado e aos estudos culturais da mídia (KELLNER, 2001).

4.3.1 Procedimentos da coleta

O jornal *Folha de S. Paulo* disponibiliza em seu site (www.folha.uol.com.br) um acervo contendo todas as edições do jornal impresso desde o ano de fundação do jornal em

1921. Dentro deste acervo, é possível buscar pelas peças jornalísticas utilizando um descritor no *menu* de busca que nos direciona a escrever uma palavra-chave.

A princípio, pesquisamos as peças apenas dentro da editoria de Educação, com o descritor “ocupações das escolas” e “escolas ocupadas”. Nessa busca encontramos 146 peças jornalísticas. No entanto, após o exame de qualificação, fomos orientados a pesquisar pelo objeto dentro das demais editorias do jornal, inclusive nas capas, colunas e editoriais para melhor conhecer o posicionamento do jornal. Nesta busca, as mesmas 146 peças foram encontradas, no entanto, conseguimos identificar em quais seções foram publicadas. Dentro destas seções, encontramos o *ombudsman*, coluna Tendências e Debates, editoriais e reportagens. Chamaremos estas peças de Unidades de Informação (UI), para melhor compreendermos o contexto das produções (MARIANO, 2010).

A busca por estas UIs é descrita por Bardin (1977) como a fase da pré-análise, a qual tem o objetivo de organização e exploração sistemática dos documentos por meio da leitura flutuante e escolha do universo que irá compor estes documentos. Depois que as UIs foram encontradas e analisadas, arquivamos todas elas em PDF e construímos as grades de análises, respondendo aos questionamentos levantados. (DIAS, 2015)

Com as grades de análises separadas em categorias, a priori identificamos o enfoque do jornal ao noticiar as ocupações. Das 146 unidades de informação, 112 delas foram reportadas com um viés negativo, dando ênfase aos embates da polícia com os estudantes, caracterizando o movimento e os jovens secundaristas como baderneiros, desorganizados e desocupados, como segue abaixo o trecho de uma UI publicada no dia 05/12/2015 com o título: “Segunda escola ocupada é depredada em Osasco, na Grande SP”.

A escola estadual Francisca Lisboa Peralta, em Osasco (Grande SP), ocupada há 15 dias em protesto contra a reorganização no ensino proposta pelo governo Alckmin (PSDB), foi depredada no início da tarde deste sábado (5).

A unidade é a segunda a ser vandalizada na cidade em uma semana. O primeiro caso, na noite de segunda (30), ocorreu no colégio Coronel Antônio Paiva de Sampaio. Alunos da Francisca Lisboa Peralta afirmam que foram ameaçados e obrigados a deixar o local por grupo de jovens responsável pelo crime.

Em nota à imprensa, a Secretaria da Educação repudiou os atos de vandalismo. "A pasta lamenta que o direito à manifestação de alguns estudantes contrários ao processo de reorganização das escolas termine com a depredação de um patrimônio público e educacional, prejudicando centenas de alunos e comprometendo o término do ano letivo. "Conforme a secretaria, que ainda calculará o prejuízo, a polícia foi chamada por vizinhos que ouviram barulho no local. Salas de aula e de coordenação e a cozinha foram depredadas[...] (FOLHA, 05/12/2015- grifos nossos)

A veiculação de matérias jornalísticas tendo as juventudes como personagens centrais em uma perspectiva negativa não é característica apenas de um ou outro veículo, mas como afirma Jon Savage, é responsável por chamar a atenção do leitor e vender mais jornais, desde o final do século XIX. Segundo o autor “desde 1905, o problema da juventude era assunto principal nos jornais e revistas voltados para o mercado de massa.” (2009, p. 109). Nesse sentido, ao reforçar a ideia de uma juventude desordeira e ameaçadora, a FSP reforça também a imagem que já está presente na mídia de massa durante todo o século XX, ainda mais quando se refere às juventudes pobres ou periféricas, como é o caso da notícia sobre a escola em Osasco.

Em seguida, 34 UIs foram identificadas com viés positivo como segue o trecho da UI publicada no dia 27/11/2015: “Agenda Cultural em colégios ocupados inclui circo, debate e até cursinho”.

Quem passa pelas 182 escolas ocupadas no Estado de São Paulo vê de fora apenas correntes e cadeados, além de pouca movimentação atrás dos muros. Do lado de dentro, porém, os alunos sem aula organizam, por conta própria, uma programação com oficinas, debates e até aula de cursinho pré-vestibular.

O colégio Fernão Dias, em Pinheiros (zona oeste), que já está na terceira semana de ocupação, já recebeu show do cantor Chico César e rodas de discussão com artistas, professores universitários e líderes de movimentos sociais. O porta-voz da ocupação, Heudes Oliveira, 18, diz que uma comissão de cinco estudantes faz um pente-fino para definir quais serão as atividades do dia. Além das oficinas, os alunos também fecharam parcerias para ter aulas de dois cursinhos pré-vestibular em dois períodos na próxima semana. “É importante esse apoio externo porque a gente quer, além de aula, colocar em pauta outras questões, como música, cultura e grafite. Queremos mostrar que a escola pode ir muito além das salas. E se a gente consegue fazer isso, então o poder público também pode”, diz Oliveira. (FOLHA,27/11/2015)

Esta UI específica abordou as atividades desenvolvidas dentro das escolas ocupadas, mostrando o que acontecia e como os estudantes se organizaram no movimento, no entanto, esta é uma das poucas peças com esta característica como veremos neste capítulo. Na fala dos estudantes, percebe-se uma visão de educação ampla, que transcende a sala de aula. Como reivindicações estão pautas culturais, sociais e que apontam para uma ideia da educação que, segundo Brandão acontece “em casa, na rua, na igreja, na escola de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar.” (BRANDÃO, 1995, p.07)

O gráfico abaixo ilustra a quantidade de Unidades de Informação coletadas por enfoque.

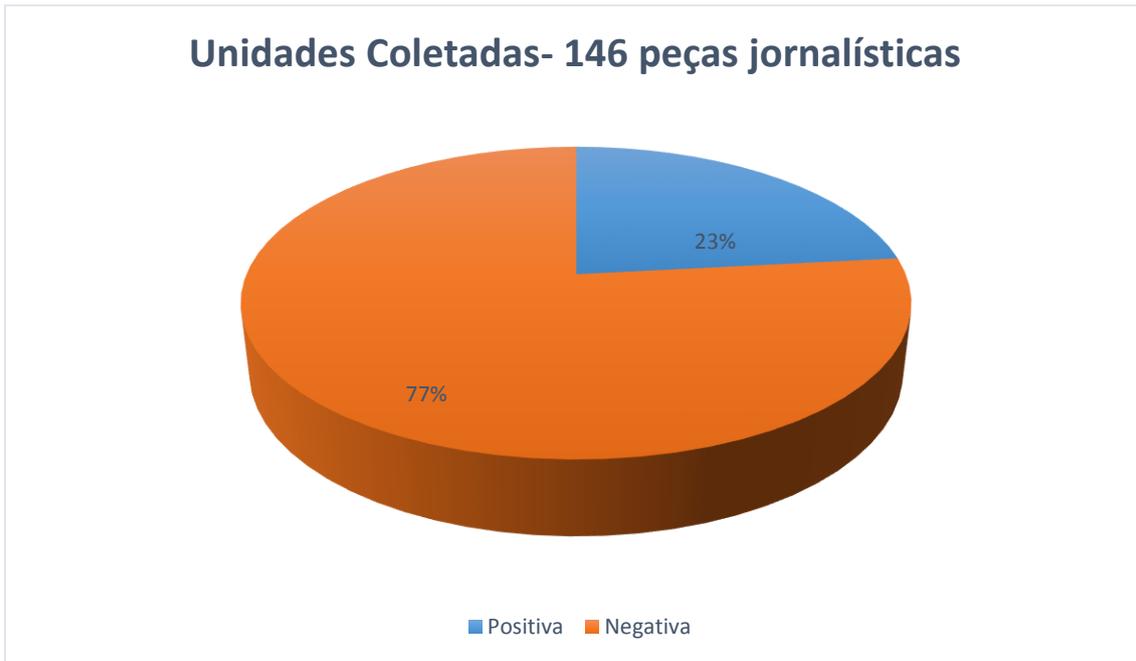


Gráfico 01- Elaborado pela autora a partir dos dados coletados

A busca no acervo da FSP nos permitiu ver quantas páginas sobre o assunto pesquisado foram publicadas, no total, 129 páginas foram publicadas entre novembro de 2015 a dezembro de 2016, sendo o mês de dezembro de 2015 o de maior concentração nas publicações, tendo em vista que as primeiras ocupações estavam acontecendo em São Paulo. O gráfico a seguir ilustra o pico das reportagens publicadas na *Folha* durante os meses pesquisados.

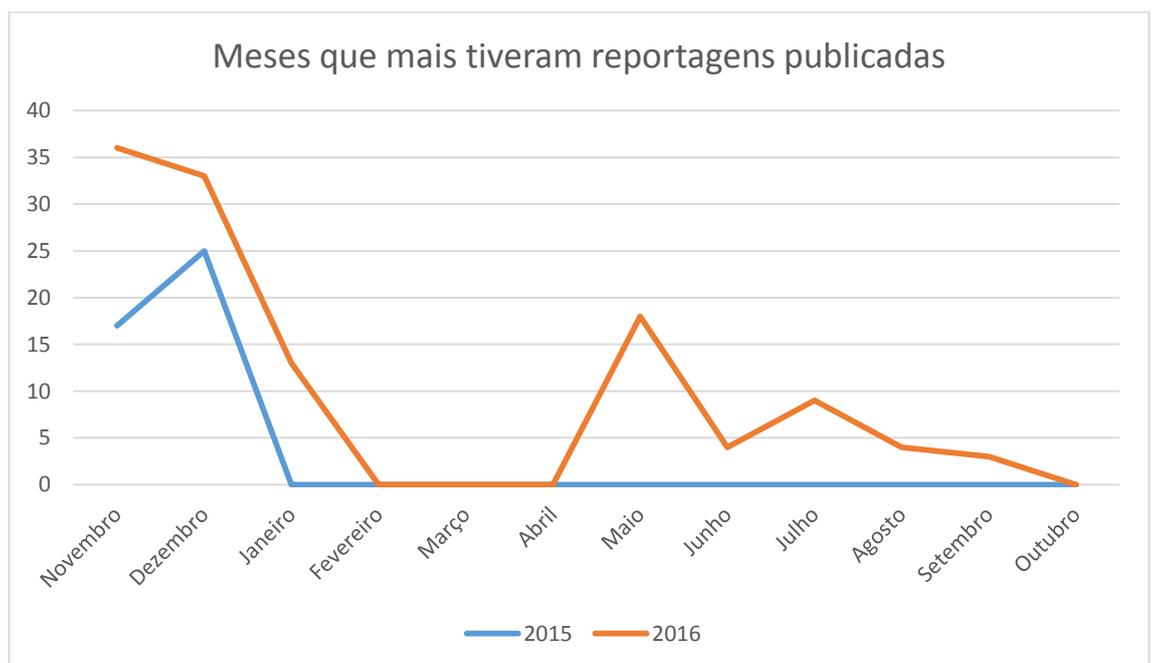


Gráfico 2- Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados coletados

4.3.2 Os editoriais sobre as ocupações

A partir do primeiro levantamento, observamos que a FSP publicou 137 UIs no Primeiro Caderno, seção Cotidiano. “O primeiro caderno do jornal, é composto por temas prioritários e constituído por seções que tratam de notícias do cotidiano, como, por exemplo, violência, cidades, política, dentre outros. Ele é destinado ao público em geral”. (MORAES, 2017,p.137).

Ainda entre as 146 UIs, a *Folha* publicou dois editoriais sobre as ocupações, sendo um com viés de apoio, quando o movimento teve início no estado de São Paulo, e outro editorial criticando o movimento, quando as ocupações aconteceram no Paraná.

Conforme Gradim (2000) o editorial é o texto que expressa a opinião do jornal em cada publicação do periódico.

[...]Ele exprime a opinião e a cultura da empresa como um todo. [...] O editorial “tem sempre de tomar partido”, pois sua finalidade é aconselhar e dirigir as opiniões dos leitores. Não se pode reservar: tem de decidir-se. O jornal está, por essência, comprometido a dizer em voz alta o que pensa (GRADIN,2000, p.83)

Abaixo segue trechos dos editoriais publicados pela *Folha*, o primeiro com enfoque positivo tem como título: “Lições de um movimento”, publicado no dia 07/01/2016.

As imagens falaram por si mesmas. Encerrados 55 dias de protesto, os estudantes que estavam na escola Fernão Dias Paes, no bairro Pinheiros (zona oeste de São Paulo), promoveram um mutirão de limpeza antes de devolver o edifício à administração estadual. Apresentaram um "termo de entrega", lido num jogral, pelo qual se comprometiam a reparar eventuais danos ao patrimônio público, citando como exemplos uma mesa e alguns espelhos quebrados. Ao longo de toda a mobilização, houve registro de atividades culturais, festas e debates, assim como dos sinais, expressos em cartazes onde se especificavam as tarefas cotidianas, da organização com que se empreendeu o protesto. Num movimento que, ao atingir seu auge, envolveu 196 escolas da rede pública em todo o Estado, naturalmente ocorreriam danos. O governo Geraldo Alckmin (PSDB) aponta 81 incidentes desse tipo. Sem minimizar tais eventos, que teriam resultado em prejuízo de R\$ 1 milhão, é inegável que, de modo geral, o protesto se desenvolveu de forma pacífica, ordenada e feliz.

[...] Decidido sem suficiente diálogo, porém, o projeto enfrentou reação ampla e surpreendente. Surpresa sobretudo positiva. O movimento contou com a simpatia de parte expressiva da opinião pública; expôs as deficiências do sistema. No colégio Fernão Dias, por exemplo, viu-se um laboratório de química aparentemente há anos sem uso. Os alunos expressaram comprometimento para com seu local de estudo. Aprenderam a se organizar e a ter voz ativa na sociedade; cresceram. Saem vitoriosos, e com eles a cultura democrática do país.

A lição de política foi boa. O que falta? Tudo aquilo que protestos, por si sós, são incapazes de prover. Faltam recursos públicos e qualidade de ensino. Faltam aulas de química –e de economia também. (FOLHA, 07/01/2016)

O autor do editorial enfatiza que o movimento das primeiras ocupações em São Paulo mostrou a “deficiência do sistema”, se remetendo às falhas e precarizações do sistema educacional no Brasil, onde a preocupação do Estado é apenas em cumprir cronogramas e

conteúdos através de um currículo programado, sem se preocupar com a voz dos estudantes, condições de trabalho, salários e saúde dos professores, além da própria estrutura das escolas. (ADRIANO e CERVI, 2017, p.106).

É importante reforçar que a positividade do editorial em questão se deve, muito, pelo fato de as ocupações terem ocorrido de forma ordeira e destaca com bons olhos a parceria de cursinhos privados e o movimento dos estudantes, o que pode ser entendido também como um viés positivo do modelo de educação que o veículo defende. Há que se destacar que o grupo Folha também possui negócios no campo educacional, com o portal UOL Educação.⁶

Já o segundo editorial sobre as ocupações tem como título “Ocupação racional” e foi publicado no dia 02/11/2016 faz uma crítica às ocupações devido ao adiamento do ENEM, fato que afetou cerca de 191 mil candidatos que tiveram que fazer as provas em outra data devido às ocupações das escolas.

Encerrado nesta terça-feira (1º/11) o prazo do governo federal para desocupar escolas em que se realizaria o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), permaneciam sob controle de estudantes 304 estabelecimentos do total de 16 mil selecionados. Com isso, 191,5 mil dos 8,6 milhões de inscritos só farão a prova em 3 e 4 de dezembro. Estima-se que haja mais de mil colégios tomados por jovens no país todo. O epicentro se encontra no Paraná, onde 850 escolas chegaram a estar invadidas. Sob pressão de mandados de reintegração de posse, as ocupações paranaenses recuaram para 315, segundo a Secretaria da Educação do Estado. Assestado contra o teto de gastos federais e a reforma do ensino médio propostos pelo governo do presidente Michel Temer (PMDB), o movimento não afeta só candidatos do Enem. Sai prejudicada também a maioria de alunos que não aderiu à paralisação e fica privada de aprender. Isso não é razão para endossar as ocupações, nem muito menos reagir com truculência a elas. Embora a interrupção forçada das aulas esteja longe de ser a melhor maneira de se fazerem ouvir, os jovens são parte diretamente interessada nos rumos do ensino e têm direito a influir neles. Em 2015, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), deu farto exemplo do que não se deve fazer. Tentou impor uma reorganização física das escolas, mas teve de recuar no projeto, em si justificável, quando se tornou evidente que a repressão só fazia o movimento adensar-se e a popularidade do tucano despencar. Esclarecer e convencer, aqui como em qualquer atividade educativa, são imperativos. Para isso, os próprios estudantes têm de se organizar para articular com mais profundidade suas objeções à reforma encaminhada pela gestão Temer. Não basta apegar-se a simplificações, como afirmar que certas disciplinas desaparecerão da grade. Algumas deixam de ser obrigatórias, mas boa parte da carga horária do ensino médio ainda terá de ser preenchida com outras aulas além de língua e matemática. Tais mudanças caminham no sentido de tornar mais flexível o currículo. Não é de hoje que há consenso sobre isso, bem como a respeito de outros pontos da reforma. Se não derem passos para amadurecer suas propostas, as ocupações podem terminar promovendo o mesmo efeito das rotineiras greves realizadas pelos professores nas redes públicas: empobrecer ainda mais um ensino que já é de péssima qualidade. (FOLHA, 02/11/2016)

⁶ “A empresa é também líder no ensino pela internet, com o UOL Educação.” Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744086-a-partir-do-jornal-grupo-folha-se-diversificou-e-hoje-tem-5-empresas.shtml>. Acesso em 10/01/2018.

Aqui, diferentemente do edital anterior, os termos que antes adjetivavam as ocupações das escolas de forma positiva como “mobilização” e “movimento”, dão lugar à outros negativos, como escolas “tomadas” e “invadidas”. Pode-se inferir que dois aspectos destacados no texto corroboram para esse viés, agora negativo. O primeiro se deve ao fato de as ocupações no Paraná terem gerado “desordem”, em especial, para a aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio. E o segundo refere-se à oposição que o movimento passou a fazer contrário à Reforma do Ensino Médio proposto pelo governo Temer que, como já frisamos, tem um viés voltado para uma relação neoliberal na educação. Além destes aspectos, o jornal opina como os estudantes deveriam agir, não respeitando a autonomia deles, defende as mudanças propostas pelo governo e desqualifica o movimento.

4.3.3 Seção em que as peças foram publicadas

Como já mencionado, a *Folha* dedicou 129 páginas entre novembro de 2015 a dezembro de 2016 para noticiar o movimento das ocupações das escolas, sendo que a seção que mais obteve publicações foi o “Primeiro Caderno”, publicando um total de 137 UIs, das quais 110 o texto está criminalizando as ocupações e 27 noticiando-as de forma parcial.

A segunda seção onde as UIs foram mais publicadas foi a “Tendências e Debates”, destinada à publicação de opinião dos leitores. Nesta seção foram publicadas 03 UIs favoráveis às ocupações, sendo elas: “Jovens dão aula de cidadania” (06/12/2015) de autoria de Maria Alice Setubal, doutora em Psicologia da Educação; “A desinformação do desocupado” (19/05/2016), de autoria de Camila Lanes, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) em resposta a um artigo depreciativo ao movimento assinado por Kim Katagiri (MBL), na época, colunista do jornal e, “A voz dos jovens” (14/11/2016) de autoria de Maria Alice Setubal.

Um texto assinado pelo *Ombudsman*⁷ foi publicado no dia 31/10/2016 com o título “A novidade que vem das escolas desafia os jornais” abordando a questão do silenciamento dos jovens, como demonstra o excerto a seguir:

⁷ Ombudsman- Representante dos interesses do leitor na estrutura do jornal. A **Folha** foi, em 1989, o primeiro jornal brasileiro a adotar a instituição. Cabe ao ombudsman atender os leitores da **Folha** e encaminhar suas reclamações à Redação. As providências que se seguem são comunicadas a ele pela Direção de Redação, que centraliza todos os contatos. Diariamente o ombudsman redige uma crítica interna, que circula na Redação e em áreas afins. Aos domingos, a **Folha** publica a coluna do ombudsman, em que ele faz uma crítica dos meios de comunicação, particularmente do desempenho do próprio jornal. Suas observações e sugestões não têm caráter deliberativo. É facultado a todos os jornalistas da **Folha** responder às observações feitas pelo ombudsman tanto na crítica interna quanto na coluna semanal. Quem centraliza o trâmite desses casos e o os arbitra é a Direção de Redação. (Manual, 2013,p.116)

A **Folha** noticiou de forma tímida a movimentação. Para dar ideia da extensão, na sexta, segundo entidades estudantis, havia 123 universidades e 1.197 escolas ocupadas no país; cerca de 850 no Paraná. O leitor Adjalma Rodrigues da Silva cobrou manchete: “Ninguém entrevista os estudantes, mostra o que está acontecendo? Onde fica o nosso direito à informação?”. O editor do núcleo de Cidades, Eduardo Scolese, defendeu as opções editoriais. “O jornal acompanha desde o início, registrou o avanço das ocupações e passou a dar mais destaque nesta semana, com a morte do estudante e o recrudescimento da tensão entre os alunos e aqueles contrários às ocupações. O tema é relevante e merece nossa total atenção”, afirmou. [...] (FOLHA, 31/10/2016).

Duas chamadas de capa noticiavam o adiamento do ENEM em função das ocupações e três artigos assinados por colunistas, sendo eles: “Ocuparam minha escola, que ocupem todas” (15/11/2015), de autoria de Clóvis Rossi, em apoio às primeiras ocupações ocorridas em São Paulo; “A ocupação dos desocupados” (17/05/2016), de autoria de Kim Kataguirí e “Oportunismo político das esquerdas causou morte em escola invadida” (25/10/2016), também de autoria de Kim Kataguirí. Ambos os artigos do então colunista teceram duras críticas ao movimento das ocupações, já que ele faz parte de um grupo de direita política, o MBL, movimento este que participou diretamente das manifestações de rua em favor do *impeachment* de Dilma Rousseff. Já o artigo de Clóvis Rossi destaca o papel de excelência educacional que a escola Fernão Dias Paes, em Pinheiros, teve em sua formação, fazendo uma defesa da qualidade da escola pública no passado.

Portanto, tomando as seções e o teor dos textos publicados sobre as ocupações das escolas públicas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, percebe-se que o mesmo foi tratado como um assunto de interesse público, dada a ênfase de publicações no Primeiro Caderno, e que foram vistas de forma negativa em maior grau, sobretudo no caso das escolas de São Paulo, quando a pauta das ocupações era contra o fechamento de unidades escolares pelo governo paulista e em âmbito nacional quando as ocupações adotam uma postura contra a reforma do Ensino Médio, a PEC 245 e alteram a data de aplicação do ENEM.



Gráfico 3- Elaborado pela autora a partir dos dados coletados

O fato da Folha publicar apenas um ombudsman sobre as ocupações retrata o descaso do jornal em relação ao movimento e à participação dos jovens como atores sociais, ressaltando que a jornalista responsável ouviu o editor do Primeiro Caderno para conhecer os motivos de tão pouca publicação sobre as ocupações e a resposta dele diz que o jornal passou a dar maior importância ao fato principalmente após a morte de um estudante dentro de uma das escolas ocupadas.

4.3.4 Local das ocupações das escolas com maior representatividade nas matérias publicadas

Em outubro de 2016, o movimento de ocupação das escolas alcançou 1.197 instituições entre escolas de ensino médio, Institutos Federais e Universidades Federais em todo país. O site oficial da UBES lançou no dia 28 de outubro de 2016 uma lista com a quantidade de escolas ocupadas em todo país. De acordo com esta lista, em 2016, as ocupações aconteceram nos seguintes estados da federação: Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Pernambuco, Rondônia, Pará, Alagoas, Espírito Santo, São Paulo, Tocantins, Bahia, Santa Catarina, Maranhão, Ceará, Paraíba e Sergipe.

No entanto, conforme análise, constatamos que a FSP foi bem seletiva e publicou peças jornalísticas apenas sobre os estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins.

O Estado de maior destaque na cobertura das peças jornalísticas publicadas foi São Paulo, tendo em vista que foi onde as ocupações tiveram início. Ao todo, foram 114 UIs publicadas sobre o movimento de São Paulo entre novembro de 2015 e dezembro de 2016, destas, 85 tiveram viés negativo e 29 viés positivo.

Em São Paulo as motivações para as ocupações se deram a partir da reorganização escolar proposta pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) em 2015 como já mencionado nesta dissertação.

No ano de 2016, as ocupações aconteceram pelos mesmos motivos nos diversos estados, qual seja, as reformas propostas pelo governo de Michel Temer para o Ensino Médio. Além disso, os jovens também protestaram contra as condições precárias das escolas, qualidade da merenda escolar, apoio à greve dos professores e contra o controle ideológico das escolas. (MORAES e XIMENES, 2017)

O Paraná foi o estado da federação que teve o maior número de instituições de ensino ocupadas, aproximadamente 800. Ali, os embates com a polícia e com manifestantes contrários às ocupações foram constantes. As notícias sobre as ocupações naquele Estado ganharam maior visibilidade principalmente após a morte de um estudante dentro de uma escola ocupada. Após este triste episódio, os ânimos entre os movimentos contrários e favoráveis às ocupações ficaram ainda mais acirrados gerando mais violência e espetacularização da notícia conforme segue abaixo:

Protesto em escola ocupada do Paraná tem tensão, apitação e xingamentos

A morte de um aluno nesta semana em uma escola ocupada por estudantes no Paraná acirrou os ânimos contra e a favor o movimento, que já dura três semanas e ocupa cerca de um terço dos 2.000 colégios estaduais. Na segunda-feira (24), um estudante de 16 anos foi morto a facadas por um colega de 17 anos dentro de uma dessas escolas ocupadas. De um lado, pais, alunos e professores que querem a volta às aulas passaram a organizar protestos contrários. Em algumas cidades, chegaram a "ocupar" antes os colégios para evitar a tomada do local pelos manifestantes. Para eles, o movimento, que é contra a reforma do ensino médio, não é democrático. Do outro lado, quem está na ocupação reclama de violência. Na última segunda, pais arrombaram o portão de uma escola em Curitiba para forçar a desocupação. Há relatos de xingamentos, empurrões e ataques com latinhas e pedaços de pau. Estudantes reforçaram a segurança com cadeados e barricadas. "Virou um campo de guerra", diz a advogada Tânia Mandarino, de um grupo de defensores das ocupações. Ela defende o direito à manifestação dos alunos. Já a Procuradoria-Geral do Estado, que está pedindo a reintegração de posse das escolas, diz que as ocupações são "ilegais e abusivas" porque ferem o direito à educação. "São dois direitos constitucionais em conflito. É preciso buscar uma conciliação na Justiça", afirma a advogada. (FOLHA, 25/10/2016)

De acordo com Alvim e Paim (2000), a violência seja ela por ações ou palavras é uma consequência do desequilíbrio social que a cada dia se expande pelo mundo e não é uma condição específica apenas dos jovens de periferia. Ainda conforme as autoras, a mídia caracteriza os jovens das classes populares como ameaçadores.

No Paraná, a principal motivação para as ocupações foram as propostas do presidente Michel Temer (PMDB) sobre a Medida Provisória 746 (Reforma do Ensino Médio) e PEC 241/2016 como já mencionado. Mesmo em meio a tantas escolas ocupadas e manifestos por parte dos estudantes, a FSP publicou um total de 17 UIs sobre as ocupações no Paraná, sendo que destas, 15 foram com enfoque negativo e 02 com enfoque positivo, das quais uma entrevista a jovem Ana Júlia Ribeiro, que na ocasião tinha 16 anos e se tornou uma das lideranças das ocupações depois de discursar na Assembleia Legislativa do Paraná sobre a legitimidade das ocupações.

O discurso de Ana Júlia aconteceu dois dias depois da morte de um estudante e de muita repercussão negativa na mídia. Em seu discurso, a estudante citou o inciso 6^o, artigo 16 da lei 8069 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual garante aos adolescentes o direito de participar da vida política, na forma de lei. Ana Júlia deu início à sua fala fazendo o seguinte questionamento: “De quem é a escola e a quem ela pertence”? Emocionada durante sua fala, Ana Júlia defendeu que o movimento das ocupações era composto por estudantes que são a favor da educação, pois eles estavam preocupados em desenvolver o senso crítico e político, indo contra o analfabetismo funcional, que segundo ela, hoje, é um grande problema no Brasil.

A jovem argumentou também sobre o aprendizado envolvendo política e cidadania que as ocupações trouxeram aos estudantes. Ela foi entrevistada pelo site Universo *on line* (UOL) do Grupo Folha. Na entrevista, a jovem ressaltou que as ocupações aconteceram porque os estudantes estavam querendo ser ouvidos pela sociedade e ocupar as escolas foi a única forma que encontraram para terem voz ativa:

Tivemos que ocupar para sermos ouvidos, diz símbolo das ocupações no PR

As ocupações de escolas lideradas por estudantes secundaristas novamente ganharam força pelo Brasil. Por conta delas, até o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) teve que ser adiado em mais de 400 locais que seriam utilizados para a aplicação das provas. O movimento, iniciado há pouco mais de um mês em colégios públicos do Paraná, contra a MP (Medida Provisória) 746, que trata da reforma do ensino médio, e a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 241 e 55, que fixam um teto de gastos à União pelos próximos 20 anos - ganhou força e se espalhou até para universidades e institutos federais. Para a estudante Ana Júlia Ribeiro, 16, que se tornou símbolo das ocupações paranaenses após discursar na Assembleia Legislativa do Estado, a estratégia de ocupar os colégios foi necessária para que os alunos fossem ouvidos. "A

⁸ Art 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: VI – participar da vida política, na forma da lei. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm . Acesso em 11/02/2018.

gente ia às ruas, falava, ninguém entendia, ninguém escutava. Foi na ocupação que a gente viu que podia ser ouvido. Porque aí incomoda, foge da normalidade", explicou a jovem ao UOL, após participar de uma mesa de debates sobre os desafios curriculares do ensino médio, realizado em São Paulo nesta quinta (10). "A gente esperava que o movimento ganhasse força - que ele deixasse de ser algo só ali, em Curitiba. Ficamos felizes em ver que isso está sendo alcançado aos poucos, que esse movimento está se tornando um movimento nacional", acrescentou Ana Júlia Ribeiro. Nas discussões sobre o ensino médio ideal, Ana Júlia destacou que o grande problema hoje é que os responsáveis pelo sistema educacional não escutam quem de fato deveriam ouvir: os estudantes[...]. (FOLHA, 10/11/2016).

A outra peça publicada com enfoque favorável às ocupações também foi uma entrevista com Ana Júlia, publicada na *Folha* no dia 27/10/2016 com o título: “Estudante que ‘encarou’ deputados do Paraná defende ocupações de escolas”.

O movimento aconteceu no Paraná em virtude das reformas aqui já mencionadas, no entanto, o estado já estava vivendo um “caldeirão” político a ponto de explodir. Em abril de 2015, os professores da rede estadual entraram em greve e foram às ruas protestar contra atuação do governador Beto Richa (PSDB) em relação à educação. Na ocasião, os professores foram reprimidos pela Polícia Militar e até mesmo agredidos com balas de borracha e cerca de 200 ficaram feridos. A FSP publicou uma UI sobre o fato, relacionando-o com as ocupações:

'Caldeirão' após ato com 200 feridos em 2015 fomentou ocupações no PR

No início de outubro, estudantes começaram a ocupar as primeiras escolas no Paraná. Mas a explicação de por que o Estado virou o epicentro nacional dos protestos estudantis –e com 34 mil alunos sem fazer o Enem neste domingo (6) – está mais atrás: em 29 de abril de 2015. Naquele dia, em ato contra o governo do Estado, professores foram reprimidos violentamente pela Polícia Militar. Cerca de 200 pessoas ficaram feridas, fazendo ruir a relação do governador Beto Richa (PSDB) com as escolas. Tanto membros do governo quanto opositores apontam esse como o momento que tencionou o diálogo e tornou a negociação com professores e estudantes inflamada. Muitos dos alunos que hoje protestam contra a reforma do ensino médio e a PEC do teto de gastos, propostas por Michel Temer (PMDB), levaram tiros de borracha ao lado de professores, no dia [...]. (FOLHA, 06/11/2016)

Como afirmado na fala da estudante, os jovens buscavam uma estratégia para serem ouvidos enquanto atores do processo educacional. Os problemas que seus professores já enfrentavam com o governo estadual tornam-se mais uma pauta não ouvida.

Outra UI publicada pela **Folha** sobre as ocupações no Paraná aponta o envolvimento de sindicatos e movimentos contrários e favoráveis às ocupações e o acirramento entre eles. O ódio e as ofensas dos movimentos contrários é nítido na fala dos entrevistados, como segue a UI com o título “Sindicatos, partidos e MBL inflamam tensão em ocupação de escolas no PR”, publicada no dia 29 de outubro de 2016.

[...] Nos últimos dias, grupos que se declaram anticorrupção passaram a apoiar pais e alunos contrários às ocupações. Eles ajudam a organizar protestos em frente aos

colégios, que dizem ter sido tomados por "uma minoria", levam megafones e apitos e pressionam pela saída dos alunos. "Abraçamos a causa porque a maioria é contra a ocupação e queria se fazer ouvir", diz Narli Resende, do movimento Curitiba contra a Corrupção. "Eles estão sendo usados como massa de manobra numa guerra absolutamente partidária, contra os governos federal e estadual", diz Eder Borges, líder do MBL (Movimento Brasil Livre) e candidato derrotado a vereador. "Nós estamos dando apoio à sociedade civil." Nos protestos, em alguns momentos, gritos de "vagabundo", "maconheiro" e "comunista" são dirigidos aos estudantes nas escolas. Alguns manifestantes batem nos portões, fazendo barulho. Em um colégio de Curitiba, pais forçaram a entrada e derrubaram um portão. "Esses pais estão entrando em desespero. Tentamos conter os ânimos", diz Resende, segundo o qual o movimento age pacificamente. Parte desses grupos participou de reunião no governo local, comandado por Beto Richa (PSDB). Junto com pais, alunos e diretores, fizeram apelo pela volta às aulas, divulgado pelo Estado. Mas negam ter agido politicamente. (FOLHA, 29/10/2016- grifos nossos).

Nesse contexto, “quando os jovens se levantam como atores sociais em favor da escola e contra as repressões do governo, o que recebem de volta é a força bruta da polícia e do exército”. (COIMBRA, 2001; WUILL, 2015, apud ARREGUY, 2017). Além de serem taxados como “maconheiros e comunistas” por quem tem uma opinião contrária, como respalda da UI acima.

O terceiro estado que mais teve publicações sobre o movimento das ocupações foi o Rio de Janeiro, tendo 09 UIs publicadas na FSP em 2016. Destas, 08 foram com viés negativo e uma com viés positivo. Neste estado da federação, as ocupações aconteceram em virtude da crise econômica que o estado enfrentava e as condições que as escolas se encontravam, conforme a UI “No Rio, 67 escolas estão ocupadas por alunos que pedem melhores condições”:

O movimento de ocupação das escolas no Rio completou 43 dias nesta terça (3) com pelo menos 67 unidades tomadas pelos estudantes, segundo a Secretaria estadual de Educação. Os alunos falam em 76 colégios ocupados, incluindo escolas técnicas, subordinadas à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Os estudantes pedem melhores condições nas escolas e mudanças no modelo de ensino. Em crise fiscal, o governo do Rio tem dificuldade em manter a estrutura das escolas. Há relatos de redução da merenda e problemas na coleta de lixo e na limpeza. A pauta inclui a reforma dos colégios, a volta de inspetores e porteiros –cargos que foram extintos–, fim do currículo mínimo, diversificação do ensino e eleição direta para diretores. Parte das reivindicações coincide com a dos professores estaduais do Rio, em greve desde 3 de março [...]. (FOLHA, 04/05/2016).

É importante notar que aqui, como no caso das ocupações no Paraná, o movimento dos estudantes está dialogando com o movimento dos professores contrários às políticas educacionais implementadas pelos governos estaduais.

Assim como aconteceu nos demais estados, a Polícia Militar também foi chamada para conter o movimento usando as táticas de guerrilha como segue a UI com título: “PM expulsa estudantes de ocupação na Secretaria da Educação do Rio” de 21 de maio de 2016:

A Polícia Militar do Rio retirou à força estudantes que ocupavam a sede da Secretaria do Estado da Educação, no Santo Cristo, zona norte da cidade, em protesto contra as condições das escolas estaduais. Secundaristas ocuparam o prédio da secretaria na tarde desta sexta (20). O Batalhão de Choque da PM retirou os manifestantes durante a madrugada deste sábado, por volta das 4h, em ação que envolveu o uso de spray de pimenta contra os estudantes – parte dos quais menores de idade. (FOLHA, 21/05/2016)

A única UI com enfoque favorável às ocupações no Rio foi produzida pela Agência Brasil de São Paulo e publicada na *Folha* no dia 02/06/2016 com o título: “Sindicato orienta docentes a continuar a greve e não voltar às aulas no Rio”.

O Distrito Federal teve três peças jornalísticas publicadas, sendo três com enfoque negativo e uma com enfoque positivo. Dentre as três peças publicadas, foram divididas entre os estados de Goiás e Tocantins, sendo cada estado com apenas um UI. Em Goiás, as ocupações aconteceram contra a proposta do governador Marconi Perillo (PSDB) de entregar a gestão das escolas à Organizações Sociais (OSs). (MORAES e XIMENES, 2017).

E o estado que registrou duas UIs publicadas (negativa e positiva respectivamente), foi o Rio Grande do Sul. Ali, o movimento ganhou força contra a crise financeira que assolou o governo de José Ivo Sartori (PMDB), fazendo com que os salários dos professores não fossem pagos em dia, além da péssima estrutura das escolas:

Ocupadas, escolas gaúchas têm até revezamento de caneca na Merenda

Estado com uma das piores crises financeiras do país, o Rio Grande do Sul viu se agravar a falta de estrutura em suas escolas. Como consequência, já são mais de cem escolas ocupadas por estudantes, em um movimento similar ao de São Paulo. As instituições sofrem com falta de refeitórios, merenda e materiais básicos – como canecas para suco e até papel higiênico – e há salas interditadas por rachaduras. O número de escolas ocupadas varia de acordo com a fonte. Segundo levantamento do movimento "Ocupa Tudo RS", de 22 de maio, são 128. Já o sindicato dos professores diz que são mais: 170 ocupações. A Folha visitou três dessas unidades. Os problemas estruturais se agravaram com o atraso do repasse de verbas às escolas. O último pagamento do governo de José Ivo Sartori (PMDB) foi parcial, de R\$ 5,7 milhões, referente a março – o valor mensal é de R\$ 8,4 milhões [...] (FOLHA, 26/05/2016)

Diante das peças jornalísticas publicadas pela FSP sobre as ocupações, nota-se que em todas elas, a reivindicação dos estudantes eram semelhantes em relação às medidas do governo federal, embora cada escola e cada movimento tenham tido também suas especificidades no âmbito dos governos estaduais. O movimento de ocupações mostra que estes jovens decidiram lutar por suas escolas independente da pauta em questão. Como afirma Dayrell (2007), “os jovens levam para a escola um conjunto de experiências vivenciadas nos mais diferentes tempos e espaços”, se apresentando como um espaço único na vida deles.

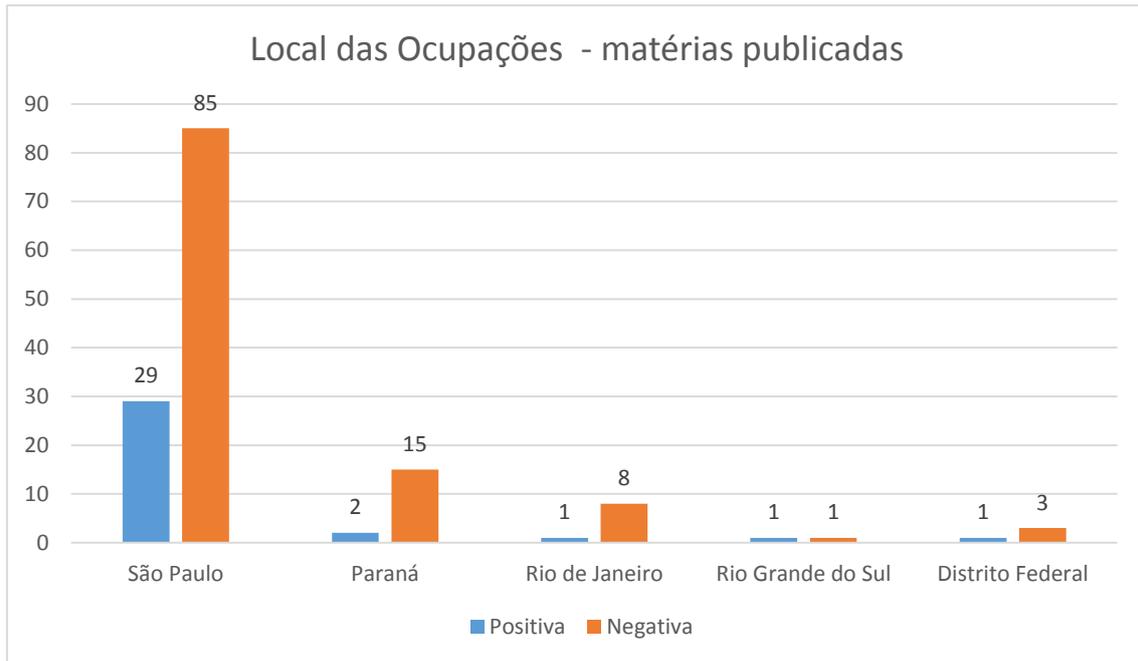


Gráfico 04- Local das Ocupações- Elaborado pela autora a partir dos dados coletados

Portanto, a análise dos dados sobre a origem geográfica e o teor das matérias não mudou em relação aos dados anteriores: o veículo manteve uma posição mais negativa que positiva sobre o tema, ainda que as pautas do movimento dos estudantes, em consonância com o movimento de professores em alguns estados, fossem com base na melhoria dos serviços e melhores condições de trabalho e repasse de verbas. A concentração de matérias sobre as ocupações em São Paulo e Paraná revelam a importância do tema no estado sede do jornal *Folha de S. Paulo*, mas também a força do movimento dos estudantes paranaenses tendo como fatos que ganharam destaque, a morte do estudante e a fala de Ana Júlia.

4.3.5 A Voz mais ouvida nas peças jornalísticas

A quem interessa ouvir os jovens? Será que eles possuem algo para falar? Segundo Adriano e Cervi (2017), diariamente os estudantes são agrupados em salas de aulas e nem sempre têm suas vozes ouvidas e respeitadas dentro da escola e tampouco fora delas. Como mencionado na entrevista de Ana Júlia Ribeiro ao *site* UOL, o movimento das ocupações aconteceu porque os estudantes só queriam ser ouvidos, terem o direito de expressar o que pensam e o que sentem, como não conseguiram isto através do diálogo com os governantes, decidiram ocupar as escolas, instituição que lhes pertence por direito.

Analisamos as 146 UIs levantadas nessa pesquisa, para verificarmos qual foi a voz mais ouvida nas peças jornalísticas. Buscamos dentro dos gêneros jornalísticos as informações sobre as ocupações.

Conforme o Manual de Redação da Folha, “gêneros jornalísticos” são diversos tipos de texto em jornalismo que podem ser agrupados. (FOLHA DE S. PAULO, 2013, p.73). Entre esses gêneros, analisamos os **artigos** (“contém a opinião do leitor e são sempre assinados”), **editorial** (“expressa a opinião do jornal e nunca é assinado; deve ser enfático, equilibrado e informativo, apresentar a questão tratada e desenvolver os argumentos defendidos pelo jornal, ao mesmo tempo em que resume e refuta os contrários”); **notícia** (“relata a informação da maneira mais objetiva possível, raramente é assinada”); **reportagem** (“traz informações mais detalhadas sobre notícias, interpretando os fatos, é assinada quando tem informação exclusiva ou se destaca pelo estilo ou pela análise”).(FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p.73)

Mesmo se denominando como “apartidária” e orientando os jornalistas a “ouvirem os dois lados” envolvidos no acontecimento, diante da análise realizada nas informações sobre as ocupações, é possível constatar que a voz mais ouvida nas UIs foram as vozes dos governos e secretarias, alcançando 50% das peças. Inclusive em uma das peças, a FSP reproduziu a fala do presidente Michel Temer (PMDB) quando ele tentou deslegitimar o movimento:

Ironia de Temer ao atacar ocupações gera reação de entidades estudantis

A ironia usada pelo presidente Michel Temer (PMDB) nesta terça-feira (8) para criticar o movimento de ocupações de escolas e universidades públicas pelo país causou uma reação de entidades estudantis e também de especialistas no tema. Os estudantes das ocupações criticam a proposta de reforma do ensino médio e a PEC do teto de gastos, ambas encampadas pelo governo federal. Nesta terça, em discurso em Brasília, Temer atacou as ocupações e disse: "Eu vi uma entrevista em uma ocasião, desses que ocupam: 'Você sabe o que é uma PEC [Proposta de Emenda à Constituição]? PEC é Proposta de Ensino Comercial'. Quer dizer, as pessoas não leem um texto. E não estou dizendo dos que ocupam ou não ocupam, estou dizendo no geral". Segundo Paulo Carrano, pesquisador do Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense, ao tentar deslegitimar o movimento estudantil, o governo tenta "apagar um incêndio usando querosene". "A preocupação não deve ser deslegitimar o movimento, mas abrir diálogo."[...] (FOLHA, 08/11/2016)

Além do presidente Michel Temer, os governadores Geraldo Alckimin de São Paulo e Beto Richa do Paraná também teceram críticas às ocupações. Em uma entrevista cedida à *Folha*, Beto Richa argumenta que as ocupações só aconteceram por orquestrações políticas da esquerda.

Beto Richa faz críticas a ocupações de escolas por estudantes

O tucano Beto Richa critica as ocupações de escolas por estudantes –o Paraná lidera as ações deste tipo no país – e vê uma luta interna entre partidos de esquerda para "mostrar serviço".

Folha: Criticam o sr. pela ocupação das escolas.

Beto Richa: Não tenho nada a ver. A ocupação foi política. Foi contrária à MP do governo federal. Nada contra mim. O sindicato dos professores é muito forte. Difícil de lidar, extremamente políticos. Teve a morte do adolescente dentro da escola. Mas a polícia não fez nada. Um equívoco.

Folha: Na quinta, durante um ato em defesa de Lula, houve um jogral de estudantes e citaram nominalmente o sr. no caso do estudante morto.

Beto Richa: Para você ver como é político. Tive envolvimento zero. Nem um policial foi para frente da escola. Deveriam me agradecer. As ocupações viraram notícia nacional. Conseguiram o que queriam. Nas primeiras ocupações, gravei um vídeo dizendo que nenhuma disciplina seria eliminada sem falar com eles. Mas era política. Queriam ficar sem aula. Tinha greve dos professores e era interessante para os professores que os alunos ficassem sem aula. (FOLHA, 13/11/2016)

O governador Geraldo Alckmin também argumentou que os manifestos estavam sendo movidos por questões políticas.

Governo de SP aposta em desgaste de ocupações, e alunos radicalizam

Após a gestão Geraldo Alckmin (PSDB) indicar que aposta no desgaste do movimento contra a reorganização do ensino em São Paulo, os manifestantes que ocupam os colégios estaduais decidiram radicalizar a estratégia. A nova diretriz de fechar vias ao trânsito de veículos, iniciada nesta semana, deve ser intensificada na capital paulista hoje (03/12), apesar de a Polícia Militar ter agido com força para desbloquear ruas nos últimos dois dias. Os estudantes ameaçavam fazer "travamentos" -nome dado por eles ao bloqueio de ruas e avenidas- simultâneos nesta quinta-feira. Nesta quarta (2), eles fecharam a av. Doutor Arnaldo de manhã e um trecho da rua Teodoro Sampaio, no cruzamento com a Henrique Schaumann, à tarde. Nos dois casos a PM interveio e retirou os manifestantes, que espalham carteiras escolares pelas ruas. No protesto da tarde, a polícia chegou a jogar bombas de efeito moral. A ação dividiu quem assistia à cena. Enquanto alguns motoristas ajudavam policiais a retirar as cadeiras, outros gritavam "vergonha" para os PMs. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse que há motivação política na ação dos estudantes. "Não é razoável a obstrução de via pública. É nítida que há uma ação política do movimento." Os manifestantes (que incluem alunos, sindicalistas e integrantes de outros movimentos, como Passe Livre) decidiram no domingo (29) radicalizar os protestos após a indicação do governo de que não recuará da reorganização. [...] (FOLHA, 03/12/2015)

Vale observar que os governadores do Paraná e São Paulo, ambos do PSDB, argumentam que os jovens foram motivados por questões políticas a ocuparem suas escolas. E realmente, o que motivou estes jovens foram questões políticas relacionadas às escolas que pertencem, como por exemplo o sucateamento dos prédios, as medidas impostas pelos governos, a má qualidade da merenda escolar, entre outros. Ao desqualificarem o movimento, afirmando que esse responde a "questões políticas" envolvendo os partidos de esquerda, o que se tem é uma tentativa de retirar de cena a responsabilidade que lhes é devida como governadores eleitos e responsáveis pela política educacional em seu estado.

Mayorga (2017) afirma que a “relação Juventude e Política” incomoda a sociedade, pois, a partir do momento que o jovem passa a reivindicar e problematizar as relações sociais e as instituições, reivindicando o reconhecimento da sua própria voz na sociedade, logo passa a ser visto como “revoltado”.

Há, assim, várias desqualificações dessa experiência juvenil quando esta se associa à política[...]Existem muitas dinâmicas sociais que impedem que esse jovem fale, que se manifeste, porque ou ele é criminalizado ou ele é desqualificado. (MAYORGA, 2017, p. 14).

A segunda voz mais ouvida nas peças jornalísticas sobre as ocupações na FSP foi a voz da polícia e da justiça, totalizando de 26%. Em todas estas peças, a polícia ou justiça ganharam notoriedade ao falarem sobre as ocupações.

Justiça dá 24 horas para alunos saírem de escola da zona oeste de SP

O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a reintegração de posse da escola estadual Fernão Dias Paes, em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo. A ocupação dos alunos entrou no terceiro dia. Do lado de fora, cerca de 50 pessoas ligadas a movimentos sociais, como o MPL (Movimento Passe Livre) e MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) também continuam acampados. O juiz Luis Felipe Ferrari Bedendi, da 5ª Vara de Fazenda Pública, deu prazo de 24 horas para que os alunos desocupem o prédio espontaneamente a partir do momento em que forem intimados pelo oficial de Justiça. Após esse prazo, as pessoas serão "retiradas coercitivamente". A Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) disse que vai recorrer da decisão, publicada na noite desta quarta-feira (11). Bedendi determinou ainda que a desocupação seja acompanhada por representantes da Secretaria do Estado de Educação, da Procuradoria-Geral do Estado e do Conselho Tutelar [...] (FOLHA, 03/11/2016)

Se tomarmos a voz dos governadores somadas à voz da justiça e dos policiais, temos mais de 70% das matérias publicadas relatando apenas o lado oficial e ordeiro dos fatos, ficando os estudantes fadados a ter sua representação como o oposto desses interlocutores: vândalos, arruaceiros e desocupados. Hannah Arendt (1969/2011) afirma que “poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, conduz à desaparecimento do poder”. (ARENDR,1969/2011, p.73 aput ARREGUY, 2017, p. 130)

A terceira voz mais ouvida foi a dos estudantes secundaristas, no entanto, as UIs que continham as falas desses estudantes, geralmente dedicavam algumas linhas em um breve comentário por parte dos jovens como segue o trecho abaixo:

Aluno 'linha de frente' do Passe Livre é porta-voz de invasão em escola de SP

O porta-voz dos estudantes que ocupam a escola estadual Fernão Dias Paes foi também o mais jovem porta-voz do MPL (Movimento Passe Livre) na articulação dos protestos de junho de 2013 contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo. Trata-

se do estudante Heudes Cássio Oliveira, 18, aluno do 3º ano do ensino médio da escola que fica em Pinheiros, bairro da zona oeste de SP. Afastado do MPL para estudar para o vestibular (prestará direito na USP), Oliveira está desde terça (10) na escola, em protesto contra a reorganização anunciada pela gestão Geraldo Alckmin (PSDB) nas escolas da rede estadual.

Um total de 94 unidades deixarão de funcionar para dar lugar a atividades como creche e ensino técnico, segundo o governo estadual. Outras passarão a atender só um de três ciclos de ensino (fundamental 1 e 2 e o médio). A partir de 2016, a escola Fernão Dias Paes, por exemplo, terá apenas o ensino médio, e alunos do fundamental serão transferidos para outra unidade. Todas essas mudanças motivaram o protesto. Alunos da escola passaram a noite de terça (10) para quarta (11) na escola e planejavam permanecer no local mais uma noite, até que um representante do governo do Estado falasse com eles.

Apesar de terem eleito Oliveira como porta-voz ("hoje sou eu, amanhã podemos eleger outro", diz ele), os alunos afirmam que não têm um líder, numa organização horizontal que lembra à do próprio Passe Livre. No movimento, Oliveira era uma das "figuras públicas", como são definidos os integrantes que falam com os jornalistas. (FOLHA, 12/11/2015)

Segundo Romancini e Castilho (2017), para terem certeza de que teriam voz ativa no movimento das ocupações, os estudantes não esperaram apenas a grande mídia para serem ouvidos, também se valeram os serviços e tecnologias digitais (WhatsApp, Twitter, Instagram) e principalmente da rede social do Facebook.

A quarta voz mais ouvida nas UIs foi a voz dos pais favoráveis com 5% das peças, seguida da voz dos pais contrários ao movimento com 3% e dos estudantes contrários com 1% de publicação.

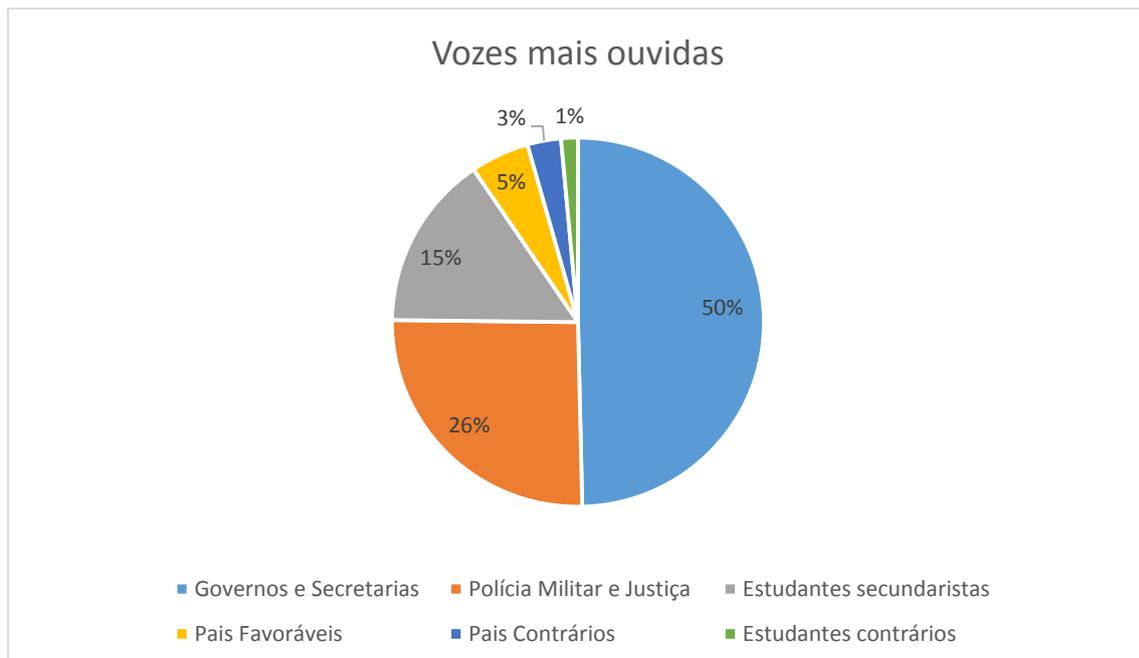


Gráfico 05 Elaborado pela autora a partir da coleta dos dados

Portanto, o jornal Folha de São Paulo, nas 146 peças jornalísticas que cobriu as ocupações estudantis entre os anos de 2015 e 2016 nos diferentes estados do Brasil, apesar de afirmar seu apartidarismo e a pluralidade de ideias, demonstra, conforme nosso levantamento, que tal política não passa de um ideal, mas não é cumprida por sua editoria. Nesse sentido, o jornal tomou um lado do conflito à medida que cede espaço para que determinados agentes sociais tenham mais voz que os estudantes; para que esses sejam desqualificados em suas ações e para que se polarize a questão em termos de disputas ideológicas entre direita e esquerda. Dessa forma, o protagonismo jovem vivido durante as ocupações das escolas públicas no período estudado, fica diminuído e estigmatizado como sinônimo de desordem nas páginas da *Folha de S. Paulo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi um grande aprendizado. Podemos observar que as ocupações das escolas nos mostram uma geração de estudantes que está cansada do modelo de escola que já não faz mais sentido para eles. Conforme Dayrell (2007), a escola precisa ser repensada para responder aos desafios das juventudes, jovens que estão em constante mudança, com a quantidade de informações recebidas diariamente. De acordo com este autor, é necessária uma reflexão sobre os jovens que frequentam as escolas públicas e o relacionamento deles com este espaço.

Ao refletir sobre os jovens, estou considerando uma parcela da juventude brasileira que, majoritariamente, frequenta as escolas públicas e é formada por jovens pobres que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos marcados por um contexto de desigualdade social (DAYRELL, 2007, p.1107)

Para o autor, há uma representação negativa e preconceituosa em relação aos jovens, principalmente quando estão relacionadas com as idades e classes sociais.

É muito comum, nas escolas, a visão da juventude tomada como um “vir a ser”, projetada para o futuro, ou o jovem identificado com um hedonismo individualista ou mesmo com o consumismo. Quando se trata de jovens pobres, ainda mais se forem negros, há uma vinculação à ideia do risco e da violência, tornando-os uma “classe perigosa”. (DAYRELL, 2007, p.1117)

O movimento das ocupações nos mostra que mesmo sendo criminalizados, considerados “rebeldes e baderneiros” estes jovens das escolas públicas, muitas situadas nas periferias dos grandes centros, estão preocupados e interessados em ter uma educação pública e gratuita de qualidade e que, apesar de todas as dificuldades como o sucateamento das condições educacionais, desvio de verbas, corrupção, superlotação das classes e tantas outras, preocupam-se com sua escola e querem dar a ela uma nova “cara” e roupagem. Querem que ela faça sentido em suas vidas e não seja apenas um local de preparo para o (incerto) mercado de trabalho.

No entanto, por serem jovens, suas ações são ignoradas pela sociedade e a mídia, em consonância com esse silenciamento, marginaliza àqueles que se manifestam contrários ao *status quo* em que estão inseridos, transformando o “problema da juventude” em um problema social. (ALVIM e GOUVEIA, 2000). O Jornal Folha de São Paulo, nas 146 peças produzidas deu voz às forças institucionais do governo (governadores, policiais, secretários) e, em poucos momentos, ouviu a voz dos estudantes. No encaminhamento das UIs, mais de 70 por cento criticam o movimento, corroborando para a imagem estigmatizada da juventude estudantil e de

periferia brasileira como arruaceiros, baderneiros ou manipulados por forças políticas de esquerda.

Os estudantes ocuparam as escolas para reivindicar melhorias para esta instituição onde passam boa parte de suas vidas cumprindo obrigações. Castro (2012) afirma que as obrigações escolares fazem parte de uma demanda da vida adulta e que a adesão subjetiva à escola, ou seja, o afeto que passam a ter por esta instituição se dá com a identificação dos ideais culturais sobre os possíveis benefícios que os estudos lhes renderão. No entanto, a eles não “é perguntado se querem ir à escola. A escola se apresenta como uma obrigação em suas vidas” (CASTRO, 2012, p.63).

Dayrell (2007) observa que a escola é o local onde estes jovens criam suas redes de afetos e relacionamento com os pares, professores, funcionários e pais. Neste espaço, vivem seus conflitos, fazem suas alianças, seguem e transgridem regras: a escola é o espaço da troca de saberes e vivências, por isto, querem lutar por ela.

Apontamos ainda que por algum tempo as juventudes estavam sendo consideradas apáticas e desinteressadas com relação às questões políticas, todavia, estes jovens secundaristas mostraram uma geração politizada, interessada em lutar e conquistar seus direitos, mesmo em meio à diversidade e complexidade de cada escola ocupada.

Constatamos que o movimento de ocupações teve seu marco já no ano de 2013 quando aconteceram diversas manifestações no Brasil promovidas por jovens que reivindicavam mudanças e melhorias no país, na ocasião, estes jovens pertenciam a grupos de esquerda e também havia uma parcela conservadora de direita política.

Como descreve Kellner (2001), nem tudo o que é apresentado pela grande mídia é a melhor opção a se acreditar e que é necessário que a sociedade saiba fazer uma leitura crítica da mídia. Para terem suas vozes ouvidas, os estudantes secundaristas se valeram das redes sociais, já que a mídia em questão, o jornal Folha de São Paulo, mesmo sendo considerado como o “porta-voz” das infâncias e juventudes os silenciou, tendo em vista que a pauta destes jovens não condizia com os interesses da empresa.

Consideramos que é válido também aprender a ouvir o que os jovens querem e esperam da situação econômica e política do país, já que estão vivendo e sobrevivendo no atual cenário, como cita Pais:

Em contrapartida, na concepção de “futuros presentes”, de *tipo utópico*, o futuro surge como cenário de imprevisibilidades. É um futuro que não pode começar, que permanece como futuro presente. Foge se nos tentarmos aproximar dele. É sombra do presente. (PAIS, 1993, p.10).

O que eles querem é ser ouvidos e respeitados pelo que já são no presente e não pelo que serão no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.
- ADORNO, Theodor. **Textos escolhidos: Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Editora Nova Cultura LTDA, edição 1996.
- ADRIANO; Graciele Alice Carvalho; CERVI; Gicele Maria. As vozes dos estudantes: entendimentos acerca da escola, educação e aprendizagem. 2017
- ALVIM, Rosilene; PAIM, Eugênia. Os jovens suburbanos e a mídia: conceitos e preconceitos. Em ALVIM, Rosilene; GOUVEIA, Patrícia. (Orgs.) **“Juventude anos 90”**. Rio de Janeiro: ContraCapa,2000.
- ARREGUY, Marília Etienne. De “mortos-vivos” a “não-mortos”: pensamento mágico, violência e insurgência nos protestos atuais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n.64, p. 117-135, abr./jun.2017
- ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC,c 1981.196 p
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70,1977.
- BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BRASIL. [Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)]. Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata [recurso eletrônico]: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata.-12.ed-Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara,2014 241 p.- (série legislação; n.122).
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero,1983.
- BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CASTRO, Lucia Rabelo. Entre a subordinação e a opressão: os jovens e as vicissitudes da resistência na escola.em: MAYORGA,C.,CASTRO,L.,PRADO,M (org). **“Juventudes e a experiência da política no contemporâneo”**. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2012.
- COIMBRA, C. B.; NASCIMENTO, M. L. do. **A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa?** Rio de Janeiro: Instituto São Martinho, 2009.
- COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel and SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Rev. Bras. Educ.*[online]. 2003, n.23, pp.36-61. ISSN 1413-2478.
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**,v.28,n.100,p. 1105-1128, out.2007
- DIAS, Livia Ferreira. **Os direitos da criança e do adolescente em artigos acadêmicos de educação**. Rondonópolis, 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMT.
- DUARTE, Rosália. **Cinema e Educação**. Belo Horizonte: Atêntica,2002.
- FERRETI, Celso João; SILVA, Mônica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: Estado, Currículo e disputas por hegemonia. **Revista Educação & Sociedade**, v.38, nº 139, p.385-404, abr.-jun.,2017

- FOLHA de São Paulo. **Manual da redação**. 19ª ed.- São Paulo: Publifolha, 2013.
- GRADIM, Anabela. **Manual de Jornalismo**. Covilhã: Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior, 2000.
- KELLNER, Douglas. Trad. Ivone Castilho Benedetti. **A cultura da mídia. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- _____; SHARE, Jeff. **Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação**. Educação & Sociedade, vol 29, núm104, outubro, 2008. pp.687-715. Centro de Estudos Educação e Sociedade: Campinas.
- MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. **Direitos da criança e do adolescente: marcos legais e mídia**. São Paulo 2010. 265 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **“Dos meios às mediações: comunicação, cultura, hegemonia”**; Prefácio de Néstor García Canclini; Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcidez. 7.ed., 1.reimp. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- MAYORGA, C. Por novas instituições, por uma nova política: o protagonismo dos jovens no Brasil. **Educação e Linguagens**, v.6, n.10, p.11-24, jan./jun.2017. Entrevista concedida a Ada Fontanella e Laiza Campos. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/viewFile/1603/10>
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; XIMENES, Salomão Barros. Políticas Educacionais e a resistência estudantil. Revista **Educação & Sociedade**, v.37, n° 137, p.1079-1087, out.-dez., 2016
- MORAES, Julianne Caju de Oliveira Souza. **Discursos sobre a temática do abuso sexual de crianças e da pedofilia na mídia escrita**. Rondonópolis, 2017. Dissertação (Mestrado em Educação), UFMT.
- MOREIRA, Orlandil de Lima; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. “Vem pra rua: os protestos de junho. Em: SOUSA, Cidoval Morais de; SOUZA, Arão de Azevedo (org.). **Jornadas de Junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.
- MOTTA, A. P. P. **A Escola de Frankfurt: Fundação da Teoria Crítica à Indústria Cultural**. In: Matheus Felipe de Castro; Lidia Patricia Castillo Amaya. (Org.). Teoria Crítica do Direito. 1ed. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v., p. 111-125.
- PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividade e identidades juvenis. em: ALMEIDA, M. e EUGENIO, F. (orgs). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- _____. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1993.
- PIRES, Elaine Muniz. **Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978-2004)**. Dissertação (Mestrado em História). PUC, 2008.
- PUCCI, Bruno. Teoria crítica e educação. Em. **Teoria crítica e educação: a questão de formação cultural na escola de Frankfurt**. Bruno Pucci/org. 4.ed. Petrópolis: Vozes; São Carlos: SP: EDUFSCAR, 2007, p.13-58.

REGUILLO, Rossana. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. em: UNESCO, MEC, ANPED. “**Juventude Contemporaneidade.**” Brasília, 2007.

ROMANCINI, Richard; CASTILHO, Fernanda. “**Como ocupar uma escola? Pesquisa na Internet**”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Intercom, Rev. Bras.Ciênc.Comun.vol 40 n°.2 São Paulo.

ROSEMBERG, F., and ANDRADE, MP. **Infância na mídia brasileira e ideologia.** In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. *Diálogos em psicologia social*[online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 285-307. ISBN: 978-85-7982-060-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso

SAVAGE, Jon. “**A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX**”. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SOLANO, Esther. **Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Blacbloc.** São Paulo: Geração Editorial, 2014

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: Entenda como e por que você foi enganado.** Editora Leya. Edição 1. 2016. Portugal

SPOSITO, Marília Pontes. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999- 2006).** Vol.2. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm,2009.

Virtuais.

<http://www.juventude.gov.br/juventude/sobre-a-secretaria>. Acesso em 11/10/2017

<https://www.whatsapp.com/about>. Acesso em 16/10/2017

www.folhauol.com.br. Acesso em 18/10/2016- 28/03/2016

www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/l8069htm. Acesso em 21/11/2016

www.ubes.org.br. Acesso em 19/11/2016

Relação das UIs que integram o corpus da pesquisa

Data	Título	Autor
11/11/2015	Estudantes mantém invasão de escola estadual em SP	de São Paulo
12/11/2015	Alunos em Itaquera vão passar a noite em escola em ato contra fechamento	Felipe Souza- de São Paulo
12/11/2015	Invasão de escola na zona oeste de São Paulo entra no terceiro dia	de São Paulo
12/11/2015	Pais aderem a ato de alunos em SP, mas pedem invasão ‘sem baderna’	Artur Rodrigues – de São Paulo
12/11/2015	Sobe para cinco o número de escolas estaduais invadidas na Grande SP	Felipe Souza- de SP
12/11/2015	Alunos invadem escola na zona leste de SP que será fechada por Alckmin	de São Paulo
12/11/2015	Justiça dá 24 horas para alunos saírem de escola da zona oeste de SP	Juliana Gragnani Sidney Gonçalves do Carmo- de São Paulo
13/11/2015	Sobe para 8 o número de estaduais invadidas na Grande SP	Felipe Souza Sidney Gonçalves do Carmo
13/11/2015	Tentativa de acordo com o governo fracassa e alunos têm 24h para deixar escola	Leandro Machado- de SP

13/11/2015	Justiça revoga reintegração de posse de escola invadida; alunos comemoram	de SP
13/11/2015	Governo Alckmin recua e não vai fechar escola rural em Piracicaba	Venceslau Borlina Filho- de Campinas
13/11/2015	Quer maior aula que essa?, diz aluna que ficou três dias na Fernão Paes	Juliana Gragnani – de São Paulo
14/11/2015	Após PM desfazer cerco, escola invadida em SP tem clima tranquilo	Artur Rodrigues Rodrigo Russo – de São Paulo
15/11/2015	Invasões devem deixar 14 escolas sem aula no início da semana em SP	Artur Rodrigues Leandro Machado Rodrigo Russo
15/11/2015	Repórter da Folha passa quatro dias em escola invadida e relata rotina	Marlene Bergamo- de São Paulo
15/11/2015	Ocuparam a minha escola; que ocupem todas	Clóvis Roberto- Colunista da Folha
16/11/2015	Semana começa com 15 escolas estaduais de SP tomadas por alunos	Felipe Souza Juliana Gragnani- de São Paulo
16/11/2015	Justiça suspende fechamento de escola estadual em Santos, no litoral de SP	Felipe Souza – de São Paulo
18/11/2015	‘ Estou apavorada’, diz mãe que espera reintegração de posse em escola em SP	Felipe Souza- de São Paulo
19/11/2015	Gestão Alckmin faz proposta para alunos desocuparem escolas	Juliana Gragnani- de São Paulo
24/11/2015	Diretor impede saída de alunos de escola em ato contra prova do governo	Felipe Souza – de São Paulo

24/11/2015	Ocupação de escolas em SP sobre 40% em dia de exame e atinge 151 unidades	Fábio Takahashi Felipe Souza Juliana Gragnani – de São Paulo
25/11/2015	Tenho vergonha da educação de SP, afirma secretário da gestão Alckmin	de São Paulo
25/11/2015	Inspirado no Chile, manual orientou ocupação de escolas por alunos em SP	Leandro Machado – de São Paulo
26/11/2015	Com medo de ocupação, Fuvest tira prova de todas as escolas estaduais	de São Paulo
26/11/2015	Famílias se articulam para reverter ocupação de escolas em SP	Fábio Takahashi Juliana Gragnani- de São Paulo
27/11/2015	Agenda cultural em colégios ocupados inclui circo, debate e até cursinho	Felipe Souza – de São Paulo
30/11/2015	Escolas ocupadas em Paraisópolis têm tumulto e ofensas a alunos	Sidney Gonçalves do Carmo Zanoone Fraissat- de São Paulo
30/11/2015	Alunos a favor de ocupações de escolas liberam av. Faria Lima após 3 horas	de São Paulo
01/12/2015	Escola Antônio Paiva de Sampaio é alvo de vandalismo em Osasco	Martha Alves Sidney Gonçalves do Carmo – de São Paulo
01/12/2015	Polícia entra em confronto com estudantes durante protesto em SP	de São Paulo

01/12/2015	Vídeo mostra confronto entre policiais e alunos em escola no centro de SP	do Uol – São Paulo
01/12/2015	Há um mês na escola, alunos limpam, cozinham e até instalam chuveiros	da editoria de treinamentos
02/12/2015	‘ É vagabundice’, diz motorista parado em protesto de alunos em SP	de São Paulo
02/12/2015	Protesto de alunos fecha cruzamento da Teodoro com Henrique Schaumann	de São Paulo
02/12/2015	Quatro detidos em protesto estudantil são liberados pela polícia	de São Paulo
03/12/2015	Alunos fazem atos em série em vias de SP contra plano da gestão Alckmin	Artur Rodrigues Felipe Souza Leandro Machado- de São Paulo
03/12/2015	Ato de estudantes em Itaquera contra plano de Alckmin acaba com dois detidos	Felipe Souza- de São Paulo
03/12/2015	Gestão Alckmin diz que audiência com alunos não revogará reorganização	Fabício Lobel –de São Paulo
03/12/2015	Governo de São Paulo aposta em desgaste de ocupações e alunos radicalizam	de São Paulo
03/12/2015	Alckmin muda comando de negociação com alunos e chama audiência pública	de São Paulo

03/12/2015	Promotoria de Defensoria entram com ação para barrar plano de Alckmin	Leandro Machado- de São Paulo
04/12/2015	Após 55 dias, alunos deixam escola símbolo das ocupações em São Paulo	Juliana Gragnani- de São Paulo
04/12/2015	Após recuo de Alckmin, estudantes decidem manter ocupação em escolas	Artur Rodrigues- de São Paulo
04/12/2015	Vice de Alckmin defende suspensão de plano para reorganizar rede escolar	Venceslau Borlina Filho- de Campinas
04/12/2015	Sob protestos, Alckmin suspende plano de reorganização de escolas	Eduardo Scolese- editor de 'Cotidiano'
05/12/2015	Segunda escola ocupada é depredada em Osasco, na Grande SP	de São Paulo
05/12/2015	Radicalização dos protestos e ação da PM forçaram recuo de Alckmin	Fábio Takahashi Thaís Arbex- de São Paulo
06/12/2015	Artistas famosos participam de evento para apoiar estudantes de SP	Cristina Camargo- Colaboração para a Folha
06/12/2015	Estudantes assistem a shows gratuitos em evento de apoio às ocupações	Juliana Gragnani – de São Paulo
06/12/2015	Estudantes que forçaram governo de SP a recuar têm perfis heterogêneos	Emílio Sant'Anna Leandro Machado- de São Paulo
06/12/2015	Jovens dão aula de cidadania	Maria Alice Setubal- Coluna Tendências e Debates
06/12/2015	Mesmo cansado, aluno diz continuar	Rogério Pagnan – de São Paulo

	em ocupação ao menos até quarta	
07/12/2015	Quase cinco horas depois, estudantes liberam rodovia Raposo Tavares	de São Paulo
07/12/2015	Em ato contra plano escolar, grupo fecha ruas, e motorista agride aluna	Leandro Machado – de São Paulo
11/12/2015	Contra plano de governador tucano, estudantes ocupam escolas de Goiânia	Diene Batista (Colaboração para a Folha, em Goiânia)
11/12/2015	Pais enfrentam alunos durante desocupação de escolas em Goiás	Diene Batista (Colaboração para a Folha, em Goiânia)
11/12/2015	Alunos de ocupações expulsam grupo estudantil ligado a partido	Juliana Gragnani Leandro Machado De São Paulo
11/12/2015	Alunos desocupam escola sob protestos de colegas de outro colégio	Juliana Gragnani-de São Paulo
12/12/2015	Aluno ‘linha de frente’ do Passe Livre é porta voz de invasão em escolas de SP	Juliana Gragnani Leandro Machado Marlene Bergamo De São Paulo
12/12/2015	Ocupações de escolas perde força, e alunos avaliam novo rumo	Juliana Gragnani Leandro Machado- de São Paulo
12/12/2015	PM é chamada após alunos impedirem retirada de material de escola ocupada	de São Paulo
15/12/2015	Governo diz que 28 escolas ocupadas foram vandalizadas ou furtadas em SP	Leandro Machado – de São Paulo

17/12/2015	Estudantes decidem desocupar escolas estaduais de SP a partir desta sexta-feira	de São Paulo
18/12/2015	Racha e discussões marcam fase final de desocupações de colégios em SP	Felipe Souza- de São Paulo
18/12/2015	Reposição em escolas desocupadas por alunos começa já na segunda-feira	de São Paulo
23/12/2015	Em Goiás, alunos de escola ocupadas pedem doações para a ceia de natal	Diene Batista- colaboração para a Folha em Goiânia
02/01/2016	Após 53 dias, alunos deixarão escola símbolo das ocupações em São Paulo	Giba Bergamim Jr.- de São Paulo
05/01/2016	Suposto sumiço de equipamentos de escola opõe governo a estudantes	Juliana Gragnani- de São Paulo
06/01/2016	Aluno fica sem passe livre durante reposição de aula em janeiro	Sidney Gonçalves do Carmo
06/01/2016	Aulas na Fernão Dias começam com carteiras em círculos e debates	Felipe Souza – de São Paulo
07/01/2016	Editorial: Lições de um movimento	Opinião da FSP
23/01/2016	Novo secretário da Educação de Alckmin adota tom conciliador	Thaís Arbex- de São Paulo
14/02/2016	Se a escola não quiser, não terá reorganização, diz secretário de Alckmin	Fábio Takahashi Leandro Machado- de São Paulo

22/03/2016	Estudantes fazem manifestação contra desvios de recursos da merenda em SP	Paulo Saldaña- de São Paulo
02/05/2016	PM entra no Centro Paula Souza e inicia negociação para retirar alunos	Paulo Saldaña- de São Paulo
03/05/2016	Capez veta entrada de comida a alunos que invadiram assembleia de SP	Rodrigo Russo- de São Paulo
03/05/2016	Estudantes de SP invadem plenário da Assembleia e pedem CPI da merenda	Rodrigo Russo Paulo Gomes- de São Paulo
03/05/2016	Procuradoria do Estado quer ainda hoje audiência entre alunos e governo	Paulo Saldaña- de São Paulo
03/05/2016	Alunos que ocupam Centro Paula Souza fazem assembleia nesta terça-feira	Sandra Capomaccio Colaboração para a Folha
04/05/2016	No Rio, 67 escolas estão ocupadas por alunos que pedem melhores condições	Lucas Vettorazzo – do Rio
04/05/2016	Em cada 3 escolas técnicas de SP, uma oferece merenda pouca nutritiva	Artur Rodrigues Paulo Saldaña- de São Paulo
05/05/2016	Ocupações avançam em SP e já atingem 11 escolas técnicas	Artur Rodrigues Paulo Saldaña- de São Paulo
05/05/2016	Estudantes dizem que vão resistir à reintegração de posse no Paula Souza	Artur Rodrigues- de São Paulo
05/05/2016	SP reverte decisão, e PM poderá portar arma em	Artur Rodrigues Guilherme Brendler – de São Paulo

	desocupação do Paula Souza	
05/05/2016	Promotoria abre investigação sobre merenda nas escolas técnicas de SP	Artur Rodrigues Paulo Saldaña – de São Paulo
06/05/2016	Estudantes ocupam secretaria de Educação do Rio por cinco horas	do Rio
06/05/2016	Gestão Alckmin avalia distribuir marmitex a alunos de escolas técnicas	Artur Rodrigues- de São Paulo
06/05/2016	Ocupação de 8 dias deixa rastro de sujeira e depredação em escola em SP	Ricardo Gallo – de São Paulo
06/05/2016	Alvo de protestos, técnicas de SP têm nota estagnada e abaixo de federais	André Monteiro Paulo Saldaña De São Paulo
09/05/2016	Escola ocupada tem almoço de Dia das Mães entre grades	Paulo Saldaña- de São Paulo
10/05/2016	Vice de Alckmin diz que demanda de jovens é legítima, mas critica ocupação	Paulo Saldaña- de São Paulo
10/05/2016	Justiça realiza audiência de conciliação entre estudantes e governo do Rio	do Rio
10/05/2016	PM homenageia policial agredido por deputado do PT na Assembleia de SP	Reynaldo Turolloo Jr- de São Paulo
11/05/2016	Alunos da Unicamp protestam contra	de São Paulo

	corte de verbas e ocupam reitorias	
13/05/2016	Desocupar escolas sem aval judicial não é arbitrário, diz governo Alckmin	de São Paulo
13/05/2016	Gestão Alckin libera reintegração de posse sem passar pelo Judiciário	Reynaldo Turollo Jr Guilherme Brendler- de São Paulo
13/05/2016	Polícia libera alunos que ocuparam escola; maiores, dois pagaram fiança	Guilherme Brendler Fabrício Lobel - de São Paulo
15/05/2016	Estudantes deixam escolas, e só 1 unidade segue ocupada em SP	Eduardo Geraque Giba Bergamim Jr- de SP
16/05/2016	Alunos desocupam colégio na Ilha do Governador, no Rio	Da Agência Brasil
17/05/2016	A ocupação dos desocupados	Kim Kataguari – Colunista da Folha
19/05/2016	A desinformação do desocupado	Camila Lanes- Coluna Tendências e Debates
21/05/2016	PM expulsa estudantes de ocupação na Secretaria da Educação do Rio	Ronald Lincoln Jr.- Colaboração para a Folha, do Rio
26/05/2016	Ocupadas, escolas gaúchas têm até revezamento de caneca na merenda	Paula Sperb- Colaboração para a Folha, em Porto Alegre
01/06/2016	Justiça do Rio determina volta às aulas em escolas estaduais ocupadas	Ronald Lincoln Jr.- Colaboração para a Folha, do Rio
02/06/2016	Sindicato orienta docentes a continuar greve e não voltar às aulas no Rio	Agência Brasil

22/06/2016	Greve na USP faz professor dar aula secreta, e diretor questiona violência	Paulo Saldaña- de São Paulo
06/07/2016	Alunos fazem acordo e dez unidades da Faetec serão desocupadas no Rio	Agência Brasil
13/07/2016	‘Não estudei para domesticar aluno’, diz docente que usa rap para ensinar	Renata Mendonça da BBC Brasil
14/07/2016	Desentendimento marca volta às aulas após ocupações em escolas do RS	Paula Sperb (Colaboração para a Folha, em Porto Alegre)
05/09/2016	Provas do Saesp serão aplicadas em 29 e 30 de novembro em SP	De São Paulo
04/10/2016	Pior Enem de SP teve quadra tomada por pombos e disciplina sem professor	Fabício Lobel- de São Paulo
08/10/2016	Tropa de choque intervém, e alunos desocupam escola no centro de SP	Fabício Lobel- de São São Paulo
11/10/2016	Estudantes ocupam cem escolas e professores aprovam greve no Paraná	Rodrigo Menegat- de São Paulo
24/10/2016	Adolescente é morto por colega em escola ocupada em Curitiba, diz polícia	Estelita Hass Carazzai- de Curitiba
25/10/2016	Oportunismo político das esquerdas causou morte em escola invadida	Kim Kataguari – colunista da Folha
25/10/2016	Protesto em escola ocupada no PR tem	Estelita Hass Carazzai -de Curitiba

	tensão, apitação e xingamentos	
25/10/2016	PM desocupa escola na zona norte de SP, e alunos são levados para delegacia	Thiago Amancio – de São Paulo
26/10/2016	Estudantes do Paraná decidem continuar com ocupações nas escolas	Estelitta Hass Carazzai
26/10/2016	Brasil tem 1.154 unidades de ensino ocupadas por alunos, diz entidade	de São Paulo
27/10/2016	Alunos são algemados após serem retirados de escola invadida no TO	Marcelo Toledo- de Ribeirão Preto
27/10/2016	Estudante que ‘encarou’ deputados no Paraná defende ocupações de escolas	Estelita Hass Carazzai – de Curitiba
29/10/2016	Em assembleia, estudantes decidem continuar com ocupação no Paraná	Estelita Hass Carazzai- de Curitiba
29/10/2016	Sindicatos, partidos e MBL inflamam tensão em ocupação de escolas no PR	Estelita Hass Carazzai de Curitiba
30/10/2016	A novidade que vem das escolas desafia os jornais	Paula Cesarino Costa – Ombudsman da Folha
31/10/2016	Estudantes do Paraná ocupam mais um prédio em Curitiba	Estelita Hass Carazzai
31/10/2016	Escolas ocupadas poderão ter o Enem adiado, diz Ministro da Educação	de Brasília
01/11/2016	Após negociação, estudantes deixam	Estelita Hass Carazzai- De Curitiba

	ocupação de núcleo da educação no PR	
01/11/2016	Ocupação de escolas murcha no PR em meio a protestos e ações judiciais	Estelita Hass Carazzai
01/11/2016	Devido a ocupações, 191 mil estudantes farão o Enem em 3 e 4 de dezembro	Natália Cancian- de Brasília
01/11/2016	Por desocupação, juiz do DF libera isolar alunos e privar sono	do Uol
02/11/2016	Editorial- Ocupação racional	Opinião da FSP
03/11/2016	Justiça determina reintegração de posse em escolas ocupadas em Curitiba	do Uol- de Curitiba
03/11/2016	PM não desocupará escola, mas desbloqueará via, diz secretário	Felipe Souza – de São Paulo
03/11/2016	PM retira manifestantes e acaba com nova ocupação no Centro Paula Souza	Eduardo Geraque – de São Paulo
04/11/2016	Estudantes que tentaram ocupar escola técnica deixam delegacia em SP	Martha Alves- de SP
05/11/2016	Suspensão de local de prova na última hora surpreende candidatos do Enem	Luiza Franco- do Rio Jeferson Bertolini (Colaboração para a Folha, em Florianópolis)
05/11/2016	Governo atribui erro no Enem a ‘equivoco’ de coordenadores locais	Laís Alegretti- de Brasília
06/11/2016	‘Caldeirão’ após ato com 200 feridos em 2015 fomentou ocupações no PR	Estelita Hass Carazzai- de Curitiba

06/11/2016	Enem 2016 tem 30% de abstenções, maior índice em sete anos	Laís Alegretti- de Brasília
07/11/2016	Alunos esvaziam ocupação no PR para fazer Enem em outros locais de prova	Diogo Antonelli (Colaboração para a Folha, em Curitiba)
08/11/2016	Ironia de Temer ao atacar ocupações gera reação de entidades estudantis	de São Paulo
10/11/2016	Tivemos que ocupar para sermos ouvidos, diz símbolo das ocupações no PR	Ana Carla Bermúdez- do UOL em São Paulo
13/11/2016	Beto Richa faz críticas a ocupações de escolas por estudantes	Catia Seabra- De São Paulo
14/11/2016	A voz dos jovens	Maria Alice Setubal- Coluna Tendências e Debates
15/12/2016	Ocupações de escolas opõem pais e alunos em SP, diz pesquisa Datafolha	Paulo Saldaña- de São Paulo